

NOTA TÉCNICA Nº 44/2026 – CGF/TCE-PR

Dispõe sobre a prestação de contas do Poder Legislativo Municipal, abrangendo a estruturação dos formulários, a metodologia de apuração do grau de atendimento, o cadastramento de interlocutores, o período para envio de respostas e os documentos que compõem a prestação de contas.

A COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO (CGF) do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE-PR), em observância ao contido no art. 151-A, inciso IX, do Regimento Interno¹ e considerando a Instrução Normativa nº 197/2025, que regulamenta a prestação de contas do Poder Legislativo Municipal, apresenta esta Nota Técnica com o objetivo de detalhar os procedimentos e critérios para a avaliação da atuação do Poder Legislativo Municipal.

1. DO OBJETIVO E DA ESTRUTURAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA

1.1. O objetivo da avaliação da atuação legislativa é verificar o grau de atendimento das competências e ações do Poder Legislativo Municipal que visem a fortalecer a atuação legislativa, de forma a assegurar a transparência da gestão, promover a fiscalização eficaz do Poder Executivo e o julgamento independente das contas municipais, com estrita observância do devido processo legal, bem como fomentar a participação cidadã.

1.2. A avaliação será baseada em respostas a formulários eletrônicos, que serão estruturados de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Denominação	Conceito
Nível 1	Questão de Avaliação (Q)	É o que se quer responder com a realização dos trabalhos; o conjunto das Qs se volta para a pergunta central sobre a governança e

¹ **Art. 151-A.** São atribuições da Coordenadoria-Geral de Fiscalização, com relação às Coordenadorias: (Incluído pela Resolução nº 64/2018)

IX - expedir notas técnicas para o público externo, acerca da fiscalização, e instruções de serviços, acerca da forma de realização das fiscalizações; (Redação dada pela Resolução nº 73/2019)

		gestão estratégica da atuação legislativa municipal.
Nível 2	Item de Verificação (IV)	A divisão de uma Q em subquestões resulta em IVs; o conjunto dos IVs busca responder à Q da qual se originou.
Nível 3	Questão Auxiliar (QA)	Subdivisão dos IVs em questões operacionais específicas.

1.3. As questões auxiliares poderão conter as seguintes opções de resposta:

Tipo	Descrição	Uso
I	"Sim"	Confirmação de conformidade/implementação
II	"Não"	Não conformidade ou não implementação
III	"Não se aplica"	Questão não aplicável para a Câmara Municipal
IV	Outras alternativas	Quando a natureza demandar (ex: múltiplas opções)
V	Upload de documentos	Envio de arquivos comprobatórios
VI	Campos livres (texto)	Justificativas, comentários, explicações e URLs/Links

1.4. Os formulários tratados nesta Nota Técnica poderão ainda conter QAs dependentes entre si. As QAs dessa natureza somente poderão ser respondidas quando satisfeitas certas condições (ex.: marcação de determinada alternativa em outra QA).

1.5. Para o envio das respostas aos formulários para o Tribunal de Contas, todas as QAs deverão obrigatoriamente ser respondidas pelo interlocutor correspondente, com exceção das QAs dependentes cuja condição não tenha sido satisfeita.

2. DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO GRAU DE ATENDIMENTO

2.1. A metodologia para a apuração do grau de atendimento, conforme dispõe o art. 9º da Instrução Normativa n.º 197/2025², observará o disposto neste tópico.

2.2. O grau de atendimento da atuação legislativa variará entre 0 (zero) e 10 (dez) e será obtido pela média simples do nível de atendimento das Qs, multiplicado por dez.

² **Art. 9º** A metodologia de apuração dos formulários de avaliação da atuação legislativa, considerando a governança e gestão estratégica, serão definidas em Nota Técnica emitida pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização.

2.3. O nível de atendimento de cada Q será obtido por meio da média simples do nível de atendimento dos seus IVs ou dos IVs a ela vinculados.

2.4. O nível de atendimento de cada IV será obtido por meio da média simples do nível de atendimento das QAs.

2.5. O nível de atendimento de cada QA será obtido por meio da média simples das respostas dadas a cada QA.

2.6. Serão atribuídos a cada questão auxiliar os seguintes valores: 1 (um), nos casos de atendimento, e 0 (zero), nos casos de não atendimento. Considerar-se-ão atendidas as questões auxiliares cujas respostas forem marcadas como “sim”. Inversamente, serão consideradas não atendidas as questões auxiliares marcadas como “não”.

2.7. Em outros termos, a avaliação será efetuada por meio dos seguintes cálculos:

$$P_N = \frac{\sum_i^n Q_i}{Q_T} \times 10$$

Sendo que:

$$Q_i = \frac{\sum_i^n IV_i}{IV_T}$$

$$IV_i = \frac{\sum_i^n QA_i}{QA_T}$$

$$QA_i = \frac{\sum_i^n QA_{Ri}}{QA_{Rt}}$$

Em que:

P_N = Pontuação da Atuação Legislativa;

Q_i = Nível de Atendimento obtido na Questão de Avaliação i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

Q_T = Total de Questões de Avaliação;

IV_i = Nível de Atendimento no Item de Verificação i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

IV_T = Total de Itens de Verificação da Questão de Avaliação i ;

QA_i = Nível de Atendimento na Questão Auxiliar i , em que $i = 1, 2, 3..., n$;

QA_T = Total de Questões Auxiliares do Item de Verificação i , em que $i = 1, 2, 3..., n$;

QA_{Ri} = Resposta obtida na Questão Auxiliar i , em que $i = 1, 2, 3..., n$;

QA_{Rt} = Total de interlocutores respondentes na Questão Auxiliar i , em que $i = 1, 2, 3..., n$.

2.8. As marcações das alternativas “não se aplica”, “upload de documentos” e “campos livres para a inserção de textos”, quando permitidas, não serão computadas para fins de apuração do grau de atendimento.

2.9. O não atendimento a uma QA que contenha dependência implicará o não atendimento de outras QAs ou a sua desconsideração para fins de apuração do grau de atendimento. Assim, poderá haver a atribuição de pontuação de “não” ou de “não se aplica” nos casos de QAs dependentes cuja condição correspondente não for satisfeita.

3. DOS INTERLOCUTORES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E DO PRAZO DE CADASTRO

3.1. O Presidente da Câmara Municipal em exercício no período previsto para o cadastramento é o responsável pela indicação dos interlocutores das Câmaras Municipais, nos termos do art. 12 da Instrução Normativa nº 197/2025³, os quais deverão ocupar os cargos elencados a seguir (ou cargos equivalentes):

- a) Presidente da Câmara Municipal;
- b) Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento;
- c) Presidente da Comissão de Educação;
- d) Presidente da Comissão de Saúde;
- e) Presidente da Comissão de Meio Ambiente;
- f) Presidente da Comissão de Assistência Social;

³ **Art. 12.** O Presidente da Câmara Municipal, observando os critérios estabelecidos consoante o art. 10, indicará ao Tribunal de Contas, por meio de cadastramento, os interlocutores municipais responsáveis pelo preenchimento das respostas aos formulários de avaliação da atuação legislativa municipal.

- g) Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara;
- h) Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara;
- i) Responsável pela Diretoria Geral da Câmara.

3.2. Em relação às contas do exercício de 2026, o cadastro dos interlocutores responsáveis deverá ser efetuado no período de 06/10/2026 até 22/10/2026. Para os exercícios subsequentes, o referido prazo será fixado na Agenda de Obrigações Municipais.

4. DO CONTEÚDO DOS FORMULÁRIOS

4.1. A íntegra dos formulários de avaliação da atuação legislativa está definida em documento anexo (Anexo III – Formulário: Avaliação da Atuação Legislativa), no qual constam as Qs, os IVs, as QAs, as opções de resposta e as dependências entre as QAs, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa nº 197/2025⁴.

5. DO PERÍODO DE ENVIO DAS RESPOSTAS AOS FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS AO TRIBUNAL DE CONTAS

5.1. Em observância ao art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa nº 197/2025⁵, os interlocutores das Câmaras Municipais, no tocante às contas do exercício de 2026, deverão enviar suas respostas aos formulários eletrônicos no período compreendido entre os dias 03/11/2026 até 26/11/2026. Em relação aos exercícios subsequentes, o referido prazo será fixado na Agenda de Obrigações Municipais.

5.2. O envio das respostas é obrigatório para a integralidade da Avaliação da Atuação Legislativa. O acesso aos formulários será encaminhado ao e-mail cadastrado de cada interlocutor, sendo permitido o reenvio para correções durante o período estabelecido, prevalecendo a última informação encaminhada.

⁴ **Art. 10.** Os interlocutores e o conteúdo para apuração dos formulários de avaliação da atuação legislativa serão definidos pela unidade técnica.

⁵ **Art. 6º** A Prestação de Contas será composta pelas seguintes informações:

[...]

II - informações prestadas pelos interlocutores da Câmara Municipal por meio dos formulários de avaliação da atuação legislativa da Câmara Municipal;

6. DO ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. O rol de documentos de que trata o inciso III do art. 6º da Instrução Normativa nº 197, de 2025, e seus modelos, ficam definidos na forma dos Anexos I e II desta Nota Técnica.

6.2. A apresentação desses documentos deverá se dar na ordem sequencial da relação contida no Anexo I. A inaplicabilidade de quaisquer documentos previstos deverá ser expressamente esclarecida pelo responsável mediante declaração, a qual substituirá nos autos o documento inaplicável.

6.3. Os documentos para os quais o Anexo II desta Nota Técnica apresenta modelo deverão conter, no mínimo, as informações nele previstas, admitidas adaptações de forma.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Fica revogada a Nota Técnica nº 38/2025-CGF/TCE-PR, que permanece aplicável às Prestações de Contas de Câmaras Municipais relativas ao exercício financeiro de 2025.

7.2. Esta Nota Técnica entrará em vigor na data de sua publicação e aplicar-se-á às Prestações de Contas de Câmaras Municipais relativas aos exercícios financeiros de 2026 e subsequentes.

CGF, 30 de setembro de 2026.

-assinatura digital-

RAFAEL MORAIS GONÇALVES AYRES
Coordenador-Geral de Fiscalização



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ANEXO I

**DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2026 E
SEGUINTE**

Item	Descrição
1	Ofício assinado pelo Gestor da Entidade encaminhando a Prestação de Contas do Poder Legislativo. No caso de contabilidade centralizada deverá conter declaração que as contas são processadas em conjunto com as do Executivo. (Anexo II - Modelo 1)
2	Declaração de ciência do relatório anual de Controle Interno assinada pelo Gestor das Contas e/ou Gestor atual, devidamente cadastrado no Sistema de Cadastro de Pessoas do Tribunal de Contas para o período correspondente. (Anexo II - Modelo 2)
3	Termo de confirmação de informações cadastrais (Anexo II - Modelo 3) .

ANEXO II
MODELOS DE DOCUMENTOS

**MODELO 1 - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

Ofício n.º Local, data
Assunto: Prestação de Contas Anual

Senhor Presidente,

A Câmara Municipal de [**nome do Município, CNPJ**], por seu representante legal abaixo-assinado, vem por meio deste encaminhar os documentos que compõem a Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 20XX.

Atenciosamente,

Assinatura/Nome do representante legal

No caso da Câmara com contabilidade centralizada, deverá conter declaração que as contas são processadas em conjunto com as do Executivo.

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete, s/n.º - Centro Cívico
CEP: 80530-910 - Curitiba-PR

MODELO 2 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Em atenção ao contido no art. 7º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no item 1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 197/2025, DECLARO, para os devidos fins de direito, que tomei conhecimento das conclusões contidas no RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO, elaborado por (nome do controlador interno), na qualidade de Controlador Geral da (nome da Entidade), referente ao exercício de (exercício a que se referem as contas anuais).

O relatório anual de Controle Interno pode ser consultado por meio do seguinte link: (inserir o endereço eletrônico direto em que o relatório pode ser acessado no Portal de Transparência do ente na internet).

Nome do Município, data, mês e ano.

Nome e Assinatura do Gestor das Contas e/ou Gestor Atual

MODELO 3 - TERMO DE CONFIRMAÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

ENTIDADE:

REPRESENTANTE LEGAL:

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

EXERCÍCIO:

Considerando o art. 20, § 3º, da Instrução Normativa nº 86, de 20 de dezembro de 2012, com a redação dada pela Instrução Normativa nº 170, de 13 de janeiro de 2022, na condição de responsável pelo encaminhamento da prestação de contas anual, declaro que os dados cadastrais informados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná foram revisados e estão atualizados, conforme dados abaixo:

CPF	Nome	Papel	Tipo Vínculo	Data Início	Data Fim

Declaro, ainda, que todas as pessoas acima listadas foram informadas sobre:

- a) a obrigatoriedade de informar um endereço de e-mail válido e um número de telefone celular ativo, com o aplicativo WhatsApp instalado;
- b) a sujeição às medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 2005, no Regimento Interno e na legislação penal pertinente pela falta de atualização cadastral, recusa no fornecimento de dados ou apresentação de informações falsas ou insubsistentes;
- c) a possibilidade de serem contatados ou intimados pelo Tribunal por qualquer dos referidos canais;
- d) os números de telefone (41) 3350-1616 e (41) 3350-1881 utilizados pelo Tribunal para entrar formalmente em contato com jurisdicionados, bem como a impossibilidade de alegação de desconhecimento.

Declaro ciência de que qualquer alteração das informações cadastrais da entidade ou das pessoas físicas a ela vinculadas deve ser comunicada ao Tribunal, por meio do Sistema de Cadastro Geral do Tribunal - SICAD, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do evento.

Declaro ciência de que o Tribunal não solicita senhas, dados bancários, informações sigilosas ou quaisquer outras informações pessoais por telefone ou aplicativos de mensagens.

Nome do Município, data, mês e ano.

Assinatura



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

ANEXO III

FORMULÁRIO: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Item de Questionário		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30614	A Câmara Municipal dispõe de Regimento Interno vigente, aprovado por ato normativo próprio e devidamente publicado em meio oficial?	- O Regimento Interno deve ter sido aprovado por resolução, decreto legislativo ou outro ato normativo próprio da Câmara Municipal, com identificação de numeração e data de aprovação. - O ato deve estar publicado em meio oficial, assim entendido o diário oficial do município ou da Câmara, o site institucional ou outro veículo definido em lei local como oficial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30615	Anexe o regimento interno da Câmara Municipal.	-	ANEXO	NÃO	(30614 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30616	Informe o endereço eletrônico (Link) que direcione exatamente à publicação do regimento interno da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30614 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30617	Constam no Regimento Interno os tipos de proposições legislativas admitidas (exemplo: projeto de lei, projeto de decreto legislativo, projeto de resolução, indicação, requerimento, moção)?	- O Regimento Interno deve conter capítulo, seção ou artigo específico que lista explicitamente os tipos de proposições legislativas admitidas. - Devem estar descritos, no mínimo: Projeto de Lei; Projeto de Decreto Legislativo; Projeto de Resolução; Indicação; Requerimento; Moção.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30618	Informe o dispositivo do regimento interno que trata sobre os tipos de proposições legislativas admitidas.	Formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30617 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30619	No Regimento Interno são definidos prazos específicos para as etapas de tramitação das proposições legislativas, excetuando-se moções, homenagens e o ato de inclusão em pauta?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam prazos específicos para todas as etapas de tramitação. - Os prazos devem estar apresentados de forma clara, com indicação expressa de dias ou períodos definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30620	Informe o dispositivo do regimento interno que trata sobre os prazos para as etapas de tramitação das proposições legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30619 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30621	Consta no Regimento Interno a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico de gerenciamento e registro dos atos legislativos?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico oficial para o gerenciamento e registro dos atos legislativos. - A identificação do sistema ou a definição de forma clara, que a tramitação, o registro e a publicidade dos atos legislativos devem ocorrer exclusivamente por meio eletrônico poderão estar disciplinados no RI ou em Ato normativo complementar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30622	A utilização do sistema eletrônico oficial de tramitação e gerenciamento dos atos legislativos está regulamentada em ato normativo?	- Deve existir ato normativo que identifique o sistema adotado e discipline, no mínimo, protocolo/tramitação, registro, publicidade, perfis de acesso e responsabilidades pela administração do sistema.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30623	Informe o dispositivo do regimento interno que dispõe sobre a utilização de sistema eletrônico oficial de gerenciamento e registro dos atos legislativos.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30622 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30624	Consta no Regimento Interno a previsão de utilização de painel eletrônico de votação nas deliberações plenárias?	O RI deve prever expressamente a obrigatoriedade do painel eletrônico.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30625	A utilização do painel eletrônico de votação está regulamentada quanto ao registro dos votos, identificação dos vereadores, apuração e preservação do resultado?	- Deve existir regulamentação no Regimento Interno ou em ato normativo complementar (ex.: resolução, portaria, ato da mesa). - A norma deve disciplinar os aspectos operacionais mínimos do painel e a forma de preservação do registro da votação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30624 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30626	Informe o dispositivo do regimento interno ou do ato normativo que dispõe sobre a utilização de painel eletrônico de votação.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30624 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30627	Consta em Regimento Interno a obrigatoriedade da transmissão das sessões da Câmara via internet em canal oficial da Câmara?	- O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a obrigatoriedade de transmissão das sessões via internet em canal oficial da instituição. - A obrigatoriedade deve estar descrita de forma clara, indicando que as transmissões devem ocorrer em plataforma digital mantida ou administrada pela própria Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30628	Informe o dispositivo do regimento interno que dispõe sobre transmissão das sessões da Câmara via internet em canal oficial da Câmara.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30627 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30629	O Regimento Interno prevê a possibilidade de realização de sessões em formato híbrido, com participação presencial e remota dos vereadores?	- O Regimento Interno deve prever expressamente a possibilidade de sessão híbrida. - A previsão deve remeter a condições objetivas de admissibilidade e a procedimentos capazes de assegurar presença, identidade, manifestação e validade do voto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30630	Informe o dispositivo do Regimento Interno que dispõe sobre a possibilidade de realização de sessões em formato híbrido, com participação presencial e remota dos vereadores.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30629 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30631	A realização de sessões em formato híbrido está regulamentada quanto às condições, limites e forma de operacionalização da participação e do voto remoto?	- A regulamentação pode constar do próprio Regimento Interno ou de ato normativo complementar. - Deve disciplinar, no mínimo, registro de presença, identificação do parlamentar, forma de manifestação do voto, verificação de quórum e preservação do registro.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30629 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30632	Informe o dispositivo do Regimento Interno ou do ato normativo que regulamenta as condições, limites e forma de operacionalização da participação e do voto remoto.	Deve-se observar, sempre que possível, a formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do Ato/RI nº XX/XXXX".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30631 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30633	Constam no ato normativo os critérios objetivos para autorizar a participação remota do vereador em sessão híbrida?	- Devem estar previstas hipóteses ou situações objetivas que autorizem a participação remota, evitando decisão casuística sem parâmetro normativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30631 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30634	Informe o dispositivo do Regimento Interno ou ato normativo que estabelece os critérios objetivos para participação remota nas sessões.	Deve-se observar, sempre que possível, a formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do Ato/RI nº XX/XXXX".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30633 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30635	A Câmara Municipal regulamentou o registro e o acompanhamento da quantidade de proposições apresentadas pelos vereadores?	- Deve existir ato normativo próprio da Câmara Municipal, como resolução, ato da Mesa, portaria, instrução normativa ou dispositivo do Regimento Interno, que discipline o registro e o acompanhamento das proposições apresentadas pelos vereadores. - Deve existir registro sistemático da quantidade de proposições apresentadas, por vereador e por tipo de proposição.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30636	Informe o dispositivo do ato normativo que trata sobre o controle do registro de quantidade por tipo de proposições apresentadas pelos vereadores.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30635 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30637	A Câmara Municipal regulamentou o processo de avaliação dos efeitos de leis por ela aprovadas, com vistas a apurar, a partir de amostra representativa, os benefícios esperados para o município e a população?	- Deve existir procedimento institucional, normativo ou formalizado, que permita selecionar leis para avaliação de efetividade. - A avaliação pode recair sobre amostra, desde que existam critérios objetivos de seleção, tais como relevância, impacto orçamentário, repercussão social ou alcance da política pública. - O procedimento deve prever registro dos resultados e sua publicidade. - Para essa finalidade não serão aceitos atos normativos que correspondam a títulos honoríficos, nomeação de logradouros, entre outros.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30638	Informe o dispositivo do ato normativo que trata sobre o processo de avaliação das leis a fim de apuração dos benefícios esperados para o município e a população.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30637 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30639	A Câmara Municipal possui autorização ou previsão normativa para a realização de parcerias com outras instituições?	- Deve existir previsão no Regimento Interno, resolução ou outro ato normativo que autorize parcerias institucionais. - Podem ser abrangidas parcerias para estudos, pesquisa, capacitação, projetos de cidadania, cooperação técnica e outras iniciativas relacionadas às funções legislativas. - A mera cessão/licenciamento de software, sem cooperação institucional substantiva, não é suficiente, por si só, para caracterizar parceria voltada ao aprimoramento da atuação legislativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30640	Informe o dispositivo do ato normativo que trata da autorização para realização de parcerias com outras instituições.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30639 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30641	A Câmara Municipal regulamentou o processo de elaboração do relatório anual das atividades legislativas?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a elaboração do relatório anual das atividades legislativas. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, os conteúdos mínimos do relatório, como quantidade de proposições apresentadas, matérias apreciadas, atividades das comissões, ações administrativas e demais informações institucionais relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30642	Informe o dispositivo do ato normativo que trata do processo de elaboração do relatório anual das atividades legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30641 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30643	A Câmara Municipal regulamentou a obrigatoriedade de o vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para ausência nas sessões?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça a obrigatoriedade de o vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para suas ausências nas sessões plenárias. - A regulamentação deve descrever, de forma clara, os critérios de aceitação das justificativas, os prazos para apresentação, os responsáveis pela análise e os efeitos das ausências não justificadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30644	Informe o dispositivo do ato normativo que trata da obrigatoriedade de o vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para ausência nas sessões.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30643 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30645	A Câmara Municipal regulamentou o processo de gravação e arquivamento digital das sessões legislativas?	- A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a gravação e o arquivamento digital das sessões legislativas. - A regulamentação deve descrever os formatos, os prazos de guarda, as responsabilidades e os meios de disponibilização ou acesso às gravações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30646	Informe o dispositivo do ato normativo que trata sobre o processo de gravação e arquivamento digital das sessões legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30645 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30647	A Câmara possui ato normativo que defina competências e procedimentos para prevenção e apuração de infrações éticas e de decore parlamentar?	- A regulamentação deve definir recebimento e análise de representações, instrução, contraditório, reuniões, manifestações e encaminhamentos, conforme aplicável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30648	Informe o(s) dispositivo(s) do ato normativo que definem as competências e os processos de trabalho referentes à prevenção e apuração de infrações éticas e de decore parlamentar.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30647 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30649	O ato normativo aplicável define competência para receber, analisar e deliberar sobre representações relacionadas ao decore parlamentar?	- Deve existir competência normativa expressa. - A atribuição pode constar do Regimento Interno, Código de Ética ou ato equivalente. - A norma deve permitir identificar quem pode apresentar representação e quais providências iniciais competem à comissão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30647 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30650	Informe o(s) dispositivo(s) do Regimento Interno, Código de Ética ou ato normativo que atribuem à comissão competência para receber, analisar e deliberar sobre representações relacionadas ao decore parlamentar.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30649 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30651	Quando houve representação, denúncia ou notícia de possível infração ética no ano de referência, a Câmara registrou seu recebimento e adotou providências de análise ou encaminhamento?	- Deve existir registro formal do recebimento. - Deve ser possível identificar a providência adotada, preservadas as informações legalmente protegidas. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver representação, denúncia ou notícia de possível infração ética no período, mediante registro dessa inexistência.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q01. Atuação Parlamentar	IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional	30652	Anexe os registros de recebimento, análise ou encaminhamento de representações, denúncias ou notícias relacionadas à ética parlamentar. Caso não tenham existido ocorrências no período, apresente declaração ou registro oficial dessa inexistência.	-	ANEXO	NÃO	(30651 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30653	A Câmara possui o registro de acompanhamento da quantidade de proposições apresentadas pelos vereadores?	- A Câmara Municipal deve possuir registro de acompanhamento da quantidade de proposições apresentadas pelos vereadores. - O controle deve registrar, de forma sistemática, a quantidade de proposições apresentadas e aprovadas por vereador, discriminadas por tipo (projeto de lei, requerimento, indicação, moção, entre outras).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30654	Anexe relatório que evidencie o controle de produtividade legislativa, por vereador, com o registro da quantidade por tipo de proposições apresentadas e aprovadas.	-	ANEXO	NÃO	(30653 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30655	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, pesquisa de satisfação junto à população sobre a atuação legislativa?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de pesquisa junto à população sobre os serviços legislativos. - A pesquisa deve ter sido efetivamente aplicada no período avaliado, por meio de formulário eletrônico, entrevistas, questionário físico, plataforma digital ou outro método identificável. - Devem existir documentos ou registros que demonstrem a execução da pesquisa: relatório de resultados, publicação no site, arquivo de respostas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30656	Anexe relatório ou outro documento que evidencie pesquisa junto à população sobre a atuação legislativa.	-	ANEXO	NÃO	(30655 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30657	A Câmara Municipal avaliou, no ano de referência, a efetividade de ao menos uma lei de maior relevância por ela aprovada, verificando se os benefícios/resultados esperados foram efetivamente alcançados?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de ao menos uma avaliação dos benefícios alcançados por leis aprovadas no ano de referência ou exercício imediatamente anterior. - A avaliação deve estar documentada em relatório, parecer, estudo técnico, ata de reunião de comissão ou outro instrumento que descreva, de forma clara, os resultados observados, os indicadores utilizados ou os impactos identificados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30658	Anexe documento que evidencie ao menos uma avaliação dos benefícios alcançados por leis aprovadas no ano de referência ou exercício imediatamente anterior.	-	ANEXO	NÃO	(30657 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30659	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, processo formal de avaliação da qualidade da legislação produzida, considerando aspectos como clareza, coerência e aplicabilidade das leis?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de processo de avaliação da qualidade da legislação produzida, com destaque para a observância da Lei Complementar n.º 95/1998 e Decreto nº 12.002/2024. - A avaliação deve estar documentada em relatório, parecer, estudo técnico, ata de comissão ou outro instrumento que descreva, de forma clara, os critérios utilizados, a metodologia aplicada, o universo ou amostra de normas analisadas e os resultados obtidos. - A seleção da amostra deve observar critérios minimamente justificáveis e não pode limitar-se à norma meramente honorífica ou de denominação sem relevância material.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30660	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de processo formal de avaliação da qualidade da legislação produzida, considerando clareza, coerência e aplicabilidade das leis.	-	ANEXO	NÃO	(30659 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30661	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, estudo sobre a necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas municipais vigentes?	- Deve existir estudo, relatório, parecer ou ata de comissão que identifique o conjunto/amostra analisada, critérios utilizados e conclusão sobre manutenção, alteração, consolidação ou revogação. - A análise deve considerar coerência normativa, atualização, aplicabilidade e eventuais conflitos ou sobreposições.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30662	Anexe o estudo, relatório, parecer ou ata de comissão que trata da necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas municipais vigentes, produzido no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30661 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30663	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com outras instituições (ex.: universidades, órgãos de controle, outras Câmaras) para contribuir com a qualidade de sua atuação legislativa?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização ou manutenção, no ano de referência, de ao menos uma parceria com outras instituições, como universidades, órgãos de controle, outras câmaras municipais ou entidades afins, com o objetivo de contribuir com a qualidade de sua atuação legislativa. - A parceria deve estar documentada por meio de acordo, convênio, termo de cooperação, ofício, ata, relatório de atividade conjunta ou outro instrumento que descreva, de forma clara, a finalidade da cooperação e as ações realizadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30664	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com outras instituições para aprimorar a qualidade de sua atuação legislativa.	-	ANEXO	NÃO	(30663 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30665	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com instituições de ensino para realização de visitas educativas, com o objetivo de dar conhecimento a estudantes quanto à atuação da Câmara?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de ao menos uma parceria com instituição de ensino (escola, universidade ou entidade afim) voltada à recepção de estudantes para conhecimento da atuação legislativa (ex.: visitas guiadas, programas de "Câmara Mirim/Jovem", aulas institucionais).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30666	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com outras instituições de ensino para realização de visitas educativas, com o objetivo de dar conhecimento a estudantes quanto à atuação da Câmara.	-	ANEXO	NÃO	(30665 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30667	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com instituições de ensino que auxiliem no estudo de matérias específicas das comissões permanentes ou temporárias?	A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove parceria, convênio ou termo de cooperação com instituição de ensino (universidade, instituto técnico ou entidade afim) para apoio técnico-acadêmico ao estudo de matérias específicas em tramitação nas comissões (ex.: pareceres técnicos, estudos de impacto, assessoria especializada).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30668	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com outras instituições de ensino que auxiliem no estudo de matérias específicas das comissões permanentes ou temporárias.	-	ANEXO	NÃO	(30667 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30669	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com instituições para capacitação de servidores e/ou vereadores?	A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove parceria com instituição (escola de governo, universidade, órgão de controle, associação de câmaras, etc.) voltada à capacitação/formação continuada de servidores e/ou vereadores, no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30670	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com instituições para capacitação de servidores e/ou vereadores.	-	ANEXO	NÃO	(30669 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30671	A Câmara Municipal elaborou e publicou, no ano de referência, relatório anual das atividades da Câmara?	- A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a elaboração do relatório anual das atividades da Câmara no ano de referência. - O relatório deve ter sido publicado oficialmente no período avaliado, em meio digital (site institucional, portal da transparência) ou físico, contendo informações sobre as atividades legislativas, administrativas e institucionais realizadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30672	Anexe documento que evidencie, no ano de referência, a elaboração e publicação de relatório anual das atividades da Câmara.	-	ANEXO	NÃO	(30671 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30673	No ano de referência, as ausências dos vereadores nas sessões foram justificadas e fundamentadas formalmente?	- A verificação deve considerar as sessões plenárias do período. - As justificativas devem estar formalmente registradas, observando o procedimento previsto pela Câmara. - As reuniões de comissões são avaliadas separadamente no Q02.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30674	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, que as ausências dos vereadores foram acompanhadas de justificativas apresentadas de forma oficial.	-	ANEXO	NÃO	(30673 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30675	A Câmara Municipal possui procedimento estabelecido para análise da clareza e objetividade das proposições legislativas (observância da Lei Complementar n.º 95/1998, coerência com regimento e outras normas)?	- A Câmara Municipal deve possuir fluxos estabelecidos que permitam verificar que as proposições apresentadas pelos vereadores são elaboradas com clareza, objetividade e observância das normas. - As proposições devem estar redigidas de forma coerente com o Regimento Interno, a Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, apresentando estrutura adequada, linguagem objetiva e justificativa quando exigida.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30676	Anexe documento que evidencie o procedimento adotado pela Câmara para análise da técnica legislativa e da conformidade das proposições com a Lei Complementar n.º 95/1998, o Regimento Interno e demais normas aplicáveis.	-	ANEXO	NÃO	(30675 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30677	O Regimento Interno ou ato normativo aplicável atribui à comissão de constituição e justiça competência para emitir parecer prévio sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa das proposições?	- A norma deve atribuir expressamente à comissão a análise de, ao menos, constitucionalidade e legalidade das proposições. - Podem constar ainda juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, inclusive a observância da Lei Complementar n.º 95/1998, conforme o Regimento Interno.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30678	Informe o(s) dispositivo(s) do Regimento Interno ou ato normativo que definem as competências da comissão.	- Sugestão de formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do RI/Ato n.º XX/XXXX".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30677 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30679	A comissão de constituição e justiça analisou, no ano de referência, através de parecer, a compatibilidade de todas as proposições legislativas com a Lei Orgânica Municipal e com a legislação federal e estadual aplicável?	- Deve existir evidência de exame da compatibilidade da proposição com a Lei Orgânica Municipal. - Quando pertinente à matéria, deve existir análise de compatibilidade com a legislação federal e estadual aplicável. - A análise deve estar registrada no parecer da comissão ou em documento técnico que o tenha subsidiado. - Não é suficiente manifestação genérica de legalidade sem indicação das normas ou dos parâmetros jurídicos considerados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30680	A comissão de constituição e justiça analisou, no ano de referência, a técnica legislativa de todas as proposições legislativas, considerando os parâmetros da Lei Complementar n.º 95/1998 e da regulamentação aplicável?	- Deve existir evidência de análise da estrutura, organização e redação normativa da proposição. - A análise pode abranger, conforme aplicável, ementa, objeto, articulação, clareza, precisão, ordem lógica, vigência, cláusula de revogação, alteração normativa e consolidação. - A verificação pode constar do parecer da comissão ou de manifestação técnica utilizada como fundamento para sua deliberação. - Não é necessário que todos os aspectos sejam examinados em cada proposição, mas devem ser considerados aqueles pertinentes ao caso analisado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30681	Todos os pareceres emitidos pela comissão de constituição e justiça no ano de referência foram disponibilizados para consulta juntamente com as respectivas proposições legislativas?	- Os pareceres devem estar acessíveis no sistema de tramitação legislativa, no site oficial ou em repositório institucional equivalente. - A disponibilização deve permitir relacionar cada parecer à proposição correspondente. - Devem ser identificáveis, no mínimo, a proposição analisada, a data, a conclusão e a autoria ou composição responsável pela manifestação. - Eventuais restrições de acesso devem estar fundamentadas em hipótese legal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q01. Atuação Parlamentar	IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa	30682	Informe o link da página, do sistema legislativo ou do repositório oficial em que estejam disponíveis os pareceres da comissão vinculados às respectivas proposições.	- O link deve permitir acesso direto à proposição ou ao repositório oficial em que o parecer possa ser consultado. - Quando o sistema não permitir link direto, poderá ser anexada captura ou relatório do sistema que evidencie a disponibilização.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30681 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30683	As competências da comissão permanente (ou equivalente) da área da Finanças e Orçamento estão definidas no Regimento Interno?	- Deve existir comissão permanente ou estrutura equivalente formalmente instituída, com competência expressa sobre matéria financeira, orçamentária e fiscal. - A denominação não precisa coincidir exatamente com "Comissão de Finanças e Orçamento", desde que as competências correspondentes estejam formalmente previstas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30684	Informe a denominação da comissão responsável pela área de Finanças e Orçamento.	- Deve ser informado o nome da comissão ou estrutura equivalente e o responsável.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30683 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30685	A Câmara dispõe de ato normativo que defina o processo de trabalho da comissão responsável por Finanças e Orçamento?	- Deve existir ato normativo vigente que discipline o funcionamento da comissão responsável por Finanças e Orçamento. A norma deve disciplinar, no mínimo, a forma de convocação e a periodicidade das reuniões, o quórum, a forma de deliberação e o registro das decisões em ata ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30686	Anexe o ato normativo que define o processo de trabalho da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30685 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30687	A comissão responsável por Finanças e Orçamento possui plano, agenda ou cronograma de trabalho para o ano de referência?	- Deve existir planejamento mínimo da atuação da comissão no período, com temas, reuniões, análises ou outras entregas previstas. - Pode constar de plano próprio, ata, cronograma institucional ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30688	Anexe o plano, agenda, cronograma ou ata que aprovou o planejamento da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30687 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30689	No ano de referência, a comissão responsável por Finanças e Orçamento realizou ao menos uma reunião em cada quadrimestre para tratar de matéria financeira, orçamentária ou fiscal?	- Devem existir atas ou registros de reuniões efetivamente relacionadas à matéria financeira, orçamentária ou fiscal. - Para fins de referência, espere-se atuação distribuída ao longo do exercício, preferencialmente ao menos uma vez por quadrimestre. - Reuniões sem conteúdo relacionado à área não atendem ao requisito.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30690	Anexe as atas, registros de reuniões, relatórios ou outros documentos que evidenciem a atuação da comissão em matérias financeiras, orçamentárias ou fiscais em, pelo menos, três momentos distribuídos ao longo do ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30689 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30691	Os membros designados para a comissão responsável por Finanças e Orçamento participaram de todas as reuniões e, quando ausentes, apresentaram justificativa formal nos casos exigidos pela regulamentação da Câmara?	Devem existir registros de presença nas reuniões. - Ausências sujeitas a justificativa devem possuir registro formal conforme O procedimento da Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30692	Anexe os registros de presença dos membros da comissão nas reuniões realizadas no ano de referência e, quando houver ausências sujeitas à justificativa, os respectivos documentos comprobatórios.	-	ANEXO	NÃO	(30691 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30693	A comissão responsável por Finanças e Orçamento acompanhou, durante o ano de referência, a execução orçamentária do Município?	- Deve existir evidência de acompanhamento da execução das receitas e despesas, de programas, ações, dotações ou créditos orçamentários. - Não basta a emissão de parecer durante a tramitação do PPA, da LDO ou da LOA. A evidência deve demonstrar acompanhamento durante a execução do orçamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30694	Anexe atas, relatórios, pareceres, notas, demonstrativos analisados ou outros documentos que evidenciem o acompanhamento da execução orçamentária pela comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30693 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30695	A comissão responsável por Finanças e Orçamento realizou reunião, audiência ou olitiva com secretário, dirigente ou gestor da área financeira para tratar da execução orçamentária, da arrecadação ou da política fiscal?	- Deve existir ata, gravação, convocação, ofício ou registro equivalente que identifique o gestor, o tema debatido e a atuação da comissão. - A atividade deve ocorrer no contexto do acompanhamento ordinário da comissão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30696	Anexe atas, convocações, ofícios ou outros documentos que evidenciem a reunião, audiência ou olitiva com gestor da área financeira e o tema debatido.	-	ANEXO	NÃO	(30695 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30697	A comissão responsável por Finanças e Orçamento produziu estudo, nota, parecer, manifestação ou encaminhamento sobre a execução orçamentária, a arrecadação ou a política fiscal?	- Deve existir produto documental que demonstre análise própria da comissão. - O documento pode conter conclusões, alertas, solicitações de informação, recomendações ou encaminhamentos compatíveis com a atuação parlamentar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30698	Anexe o estudo, nota, parecer, manifestação, ofício ou outro documento produzido pela comissão sobre execução orçamentária, arrecadação ou política fiscal.	-	ANEXO	NÃO	(30697 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30699	A comissão responsável por Finanças e Orçamento realizou ou promoveu, no ano de referência, audiência pública, consulta, reunião ampliada ou outro mecanismo de escuta social sobre matéria financeira, orçamentária ou fiscal?	- Deve existir registro da atividade, com identificação do tema e da participação social. - Admite-se a audiência pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais, desde que conduzida ou acompanhada pela comissão e com registro da participação social. - Não se exige audiência pública formal quando outro mecanismo estruturado de escuta for adequado ao objeto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30700	Anexe os documentos que evidenciem a realização de audiência pública, consulta ou outro mecanismo de escuta social relacionado à matéria financeira, orçamentária ou fiscal, contendo a identificação do tema tratado e da participação social.	-	ANEXO	NÃO	(30699 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30701	Quando houve denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Finanças e Orçamento, a comissão competente registrou seu recebimento e adotou providências de análise ou encaminhamento?	- Se não houver demanda no período, deve existir declaração/registro dessa inexistência para fins de comprovação. - Havendo demanda, deve ser demonstrado o recebimento e a providência adotada. - Marcar "não se aplica", caso não tenha havido denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Finanças e Orçamento no ano de referência.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30702	Anexe os registros de recebimento, análise ou encaminhamento de denúncias, representações ou demandas formais relacionadas à área de Finanças e Orçamento.	-	ANEXO	NÃO	(30701 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30703	A comissão responsável por Finanças e Orçamento consolidou, ao final do período, registro de suas principais atividades, análises, conclusões e encaminhamentos?	- Deve existir relatório, balanço, ata de encerramento ou registro equivalente que permita verificar as atividades desenvolvidas pela comissão. - O documento pode integrar o relatório anual geral da Câmara, desde que a atuação da comissão esteja identificável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV03. Comissão de Orçamento e Finanças	30704	Anexe o relatório, balanço, ata ou registro equivalente que consolide as atividades da comissão no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30703 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30705	As competências da comissão permanente (ou equivalente) da área da Educação estão definidas no Regimento Interno?	- Deve existir comissão permanente ou estrutura equivalente formalmente instituída com competência sobre Educação. - A denominação da comissão não precisa coincidir com o nome da área, desde que suas competências abranjam expressamente a matéria. - Comissão única de políticas públicas poderá ser aceita, desde que seja demonstrada atuação específica e identificável na área avaliada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30706	Informe a denominação da comissão responsável pela área de Educação.	Deve ser informado O nome da comissão/estrutura equivalente.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30705 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30707	A Câmara dispõe de ato normativo que defina o processo de trabalho da comissão responsável pela área de Educação?	- Deve existir ato normativo vigente que discipline o funcionamento da comissão responsável pela área de Educação. A norma deve disciplinar, no mínimo, a forma de convocação e a periodicidade das reuniões, o quórum, a forma de deliberação e o registro das decisões em ata ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30708	Anexe o ato normativo que define o processo de trabalho da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30707 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30709	A comissão responsável pela área de Educação possui plano, agenda ou cronograma de trabalho para o ano de referência?	- Deve existir planejamento mínimo da atuação da comissão no período, com temas, reuniões, estudos, fiscalizações ou outras entregas previstas. - Pode constar de plano próprio, ata, cronograma institucional ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30710	Anexe o plano, agenda, cronograma ou ata que aprovou o planejamento da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30709 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30711	No ano de referência, a comissão responsável pela área de Educação realizou ao menos uma reunião em cada quadrimestre para tratar de assuntos dessa área?	- Devem existir atas ou registros de reuniões efetivamente relacionadas à área avaliada. - Para fins de referência, espera-se atuação distribuída ao longo do exercício, preferencialmente ao menos uma vez por quadrimestre. - Reuniões sem conteúdo relacionado à área não atendem ao requisito.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30712	Anexe as atas, registros de reuniões, relatórios ou outros documentos que evidenciem a atuação da comissão em matérias relacionadas à área de Educação em, pelo menos, três momentos distribuídos ao longo do ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30711 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30713	Os membros designados para a comissão responsável pela área de Educação participaram de todas as reuniões e, quando ausentes, apresentaram justificativa formal nos casos exigidos pela regulamentação da Câmara?	Devem existir registros de presença nas reuniões. - Ausências sujeitas a justificativa devem possuir registro formal conforme O procedimento da Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30714	Anexe os registros de presença dos membros da comissão nas reuniões realizadas no ano de referência e, quando houver ausências sujeitas à justificativa, os respectivos documentos comprobatórios.	-	ANEXO	NÃO	(30713 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30715	A comissão responsável pela área de Educação acompanhou, no ano de referência, metas, programas ou resultados previstos no Plano Municipal de Educação?	- Deve existir evidência de análise de metas, programas, indicadores ou execução de planos pertinentes. - O simples acompanhamento de percentuais gerais, sem análise minimamente específica de objeto, programa ou resultado, não é suficiente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30716	Anexe os documentos que evidenciem a análise de metas, programas, indicadores ou resultados previstos no Plano Municipal de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30715 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30717	A comissão responsável pela área de Educação produziu, no ano de referência, estudo, nota, relatório ou análise sobre tema relevante de sua área de atuação?	- Deve existir produto documental que demonstre análise de problema, política, programa, projeto de lei ou tema de interesse público relacionado à área.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30718	Anexe o estudo, nota, relatório, parecer ou outro documento que evidencie a análise realizada pela comissão sobre tema relevante relacionado à área de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30717 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30719	A comissão responsável pela área de Educação realizou ou promoveu, no ano de referência, audiência pública, consulta, reunião ampliada ou outro mecanismo de escuta social sobre tema da área?	- Deve existir registro da atividade, com identificação do tema e participação social. - Não se exige audiência pública formal quando outro mecanismo estruturado de escuta for adequado ao objeto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30720	Anexe os documentos que evidenciem a realização de audiência pública, consulta ou outro mecanismo de escuta social relacionado à área de Educação, contendo a identificação do tema tratado e da participação social.	-	ANEXO	NÃO	(30719 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30721	A comissão responsável pela área de Educação realizou reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área?	- Deve existir ata, gravação, convocação, ofício ou registro equivalente que demonstre a interação institucional e o tema debatido.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30722	Anexe as atas, convocações, ofícios ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área de Educação, contendo a identificação do tema debatido.	-	ANEXO	NÃO	(30721 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30723	A comissão responsável pela área realizou, no ano de referência, reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Educação?	- Deve existir ata, convocação, ofício, lista de presença, gravação ou registro equivalente que demonstre a realização da interação, com identificação da data e do tema tratado. - A atividade deve ter ocorrido dentro do ano de referência, admitida tanto a reunião promovida pela comissão quanto a participação de seus membros em reunião do próprio conselho, desde que formalmente registrada. - O tema tratado deve guardar relação com a política pública de educação, não bastando a presença em solenidade, posse de conselheiros ou evento de caráter protocolar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30724	Anexe as atas, convocações, ofícios, listas de presença ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30723 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30725	A comissão responsável pela área de Educação analisou a proposta orçamentária (PLOA) relacionada à sua área e registrou sua manifestação?	- Deve existir parecer, relatório, ata, nota ou manifestação formal que examine dotações, prioridades, execução ou compatibilidade orçamentária pertinente à área. - A análise pode ocorrer em conjunto com a comissão de finanças/orçamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30726	Anexe o parecer, relatório, ata ou outra manifestação formal que evidencie a análise da proposta orçamentária relacionada à área de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30725 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30727	Quando houve denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Educação, a comissão competente registrou seu recebimento e adotou providências de análise ou encaminhamento?	- Se não houver demanda no período, deve existir declaração/registro dessa inexistência para fins de comprovação. - Havendo demanda, deve ser demonstrado o recebimento e a providência adotada. - Marcar "não se aplica", caso não tenha havido denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Educação no ano de referência.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30728	Anexe os registros de recebimento, análise ou encaminhamento de denúncias, representações ou demandas formais relacionadas à área de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30727 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30729	A comissão responsável pela área de Educação consolidou, ao final do período, registro de suas principais atividades, conclusões e encaminhamentos?	- Deve existir relatório, balanço, ata de encerramento ou registro equivalente que permita verificar o que foi planejado e realizado pela comissão. - O documento pode integrar o relatório anual geral da Câmara, desde que a atuação da comissão esteja identificável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV04. Comissão de Educação	30730	Anexe o relatório que evidencie a atuação da comissão responsável pela área de Educação no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30729 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30731	As competências da comissão permanente (ou equivalente) da área de Saúde estão definidas no Regimento Interno?	- Deve existir comissão permanente ou estrutura equivalente formalmente instituída com competência sobre Saúde. - A denominação da comissão não precisa coincidir com o nome da área, desde que suas competências abranjam expressamente a matéria. - Comissão única de políticas públicas poderá ser aceita, desde que seja demonstrada atuação específica e identificável na área avaliada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30732	Informe a denominação da comissão responsável pela área de Saúde.	Deve ser informado O nome da comissão/estrutura equivalente.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30731 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30733	A Câmara dispõe de ato normativo que defina o processo de trabalho da comissão responsável pela área de Saúde?	- Deve existir ato normativo vigente que discipline o funcionamento da comissão responsável pela área de Saúde. A norma deve disciplinar, no mínimo, a forma de convocação e a periodicidade das reuniões, o quórum, a forma de deliberação e o registro das decisões em ata ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30734	Anexe o ato normativo que define o processo de trabalho da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30733 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30735	A comissão responsável pela área de Saúde possui plano, agenda ou cronograma de trabalho para o ano de referência?	- Deve existir planejamento mínimo da atuação da comissão no período, com temas, reuniões, estudos, fiscalizações ou outras entregas previstas. - Pode constar de plano próprio, ata, cronograma institucional ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30736	Anexe o plano, agenda, cronograma ou ata que aprovou o planejamento da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30735 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30737	No ano de referência, a comissão responsável pela área de Saúde realizou ao menos uma reunião em cada quadrimestre para tratar de assuntos dessa área?	- Devem existir atas ou registros de reuniões efetivamente relacionadas à área avaliada. - Para fins de referência, espera-se atuação distribuída ao longo do exercício, preferencialmente ao menos uma vez por quadrimestre. - Reuniões sem conteúdo relacionado à área não atendem ao requisito.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30738	Anexe as atas, registros de reuniões, relatórios ou outros documentos que evidenciem a atuação da comissão em matérias relacionadas à área de Saúde em, pelo menos, três momentos distribuídos ao longo do ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30737 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30739	Os membros designados para a comissão responsável pela área de Saúde participaram de todas as reuniões e, quando ausentes, apresentaram justificativa formal nos casos exigidos pela regulamentação da Câmara?	Devem existir registros de presença nas reuniões. - Ausências sujeitas a justificativa devem possuir registro formal conforme O procedimento da Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30740	Anexe os registros de presença dos membros da comissão nas reuniões realizadas no ano de referência e, quando houver ausências sujeitas à justificativa, os respectivos documentos comprobatórios.	-	ANEXO	NÃO	(30739 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30741	A comissão responsável pela área de Saúde acompanhou, no ano de referência, metas, programas ou resultados previstos no Plano Municipal de Saúde?	- Deve existir evidência de análise de metas, programas, indicadores ou execução de planos pertinentes. - O simples acompanhamento de percentuais gerais, sem análise minimamente específica de objeto, programa ou resultado, não é suficiente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30742	Anexe os documentos que evidenciem a análise de metas, programas, indicadores ou resultados previstos no Plano Municipal de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30741 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30743	A comissão responsável pela área de Saúde produziu, no ano de referência, estudo, nota, relatório ou análise sobre tema relevante de sua área de atuação?	- Deve existir produto documental que demonstre análise de problema, política, programa, projeto de lei ou tema de interesse público relacionado à área.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30744	Anexe o estudo, nota, relatório, parecer ou outro documento que evidencie a análise realizada pela comissão sobre tema relevante relacionado à área de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30743 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30745	A comissão responsável pela área de Saúde realizou ou promoveu, no ano de referência, audiência pública, consulta, reunião ampliada ou outro mecanismo de escuta social sobre tema da área?	- Deve existir registro da atividade, com identificação do tema e participação social. - Não se exige audiência pública formal quando outro mecanismo estruturado de escuta for adequado ao objeto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30746	Anexe os documentos que evidenciem a realização de audiência pública, consulta ou outro mecanismo de escuta social relacionado à área de Saúde, contendo a identificação do tema tratado e da participação social.	-	ANEXO	NÃO	(30745 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30747	A comissão responsável pela área de Saúde realizou reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área?	- Deve existir ata, gravação, convocação, ofício ou registro equivalente que demonstre a interação institucional e o tema debatido.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30748	Anexe as atas, convocações, ofícios ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área de Saúde, contendo a identificação do tema debatido.	-	ANEXO	NÃO	(30747 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30749	A comissão responsável pela área realizou, no ano de referência, reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Saúde?	- Deve existir ata, convocação, ofício, lista de presença, gravação ou registro equivalente que demonstre a realização da interação, com identificação da data e do tema tratado. - A atividade deve ter ocorrido dentro do ano de referência, admitida tanto a reunião promovida pela comissão quanto a participação de seus membros em reunião do próprio conselho, desde que formalmente registrada. - O tema tratado deve guardar relação com a política pública de Saúde, não bastando a presença em solenidade, posse de conselheiros ou evento de caráter protocolar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30750	Anexe as atas, convocações, ofícios, listas de presença ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30749 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30751	A comissão responsável pela área de Saúde analisou a proposta orçamentária (PLOA) relacionada à sua área e registrou sua manifestação?	- Deve existir parecer, relatório, ata, nota ou manifestação formal que examine dotações, prioridades, execução ou compatibilidade orçamentária pertinente à área. - A análise pode ocorrer em conjunto com a comissão de finanças/orçamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30752	Anexe o parecer, relatório, ata ou outra manifestação formal que evidencie a análise da proposta orçamentária relacionada à área de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30751 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30753	Quando houve denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Saúde, a comissão competente registrou seu recebimento e adotou providências de análise ou encaminhamento?	- Se não houver demanda no período, deve existir declaração/registro dessa inexistência para fins de comprovação. - Havendo demanda, deve ser demonstrado o recebimento e a providência adotada. - Marcar "não se aplica", caso não tenha havido denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Saúde no ano de referência.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30754	Anexe os registros de recebimento, análise ou encaminhamento de denúncias, representações ou demandas formais relacionadas à área de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30753 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30755	A comissão responsável pela área de Saúde consolidou, ao final do período, registro de suas principais atividades, conclusões e encaminhamentos?	- Deve existir relatório, balanço, ata de encerramento ou registro equivalente que permita verificar o que foi planejado e realizado pela comissão. - O documento pode integrar o relatório anual geral da Câmara, desde que a atuação da comissão esteja identificável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV05. Comissão de Saúde	30756	Anexe o relatório que evidencie a atuação da comissão responsável pela área de Saúde no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30755 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30757	As competências da comissão permanente (ou equivalente) da área de Assistência Social estão definidas no Regimento Interno?	- Deve existir comissão permanente ou estrutura equivalente formalmente instituída com competência sobre Assistência Social. - A denominação da comissão não precisa coincidir com o nome da área, desde que suas competências abranjam expressamente a matéria. - Comissão única de políticas públicas poderá ser aceita, desde que seja demonstrada atuação específica e identificável na área avaliada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30758	Informe a denominação da comissão responsável pela área de Assistência Social.	Deve ser informado O nome da comissão/estrutura equivalente.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30757 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30759	A Câmara dispõe de ato normativo que defina o processo de trabalho da comissão responsável pela área de Assistência Social?	- Deve existir ato normativo vigente que discipline o funcionamento da comissão responsável pela área de Assistência Social. A norma deve disciplinar, no mínimo, a forma de convocação e a periodicidade das reuniões, o quórum, a forma de deliberação e o registro das decisões em ata ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30760	Anexe o ato normativo que define o processo de trabalho da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30759 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30761	A comissão responsável pela área de Assistência Social possui plano, agenda ou cronograma de trabalho para o ano de referência?	- Deve existir planejamento mínimo da atuação da comissão no período, com temas, reuniões, estudos, fiscalizações ou outras entregas previstas. - Pode constar de plano próprio, ata, cronograma institucional ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30762	Anexe o plano, agenda, cronograma ou ata que aprovou o planejamento da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30761 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30763	No ano de referência, a comissão responsável pela área de Assistência Social realizou ao menos uma reunião em cada quadrimestre para tratar de assuntos dessa área?	- Devem existir atas ou registros de reuniões efetivamente relacionadas à área avaliada. - Para fins de referência, espera-se atuação distribuída ao longo do exercício, preferencialmente ao menos uma vez por quadrimestre. - Reuniões sem conteúdo relacionado à área não atendem ao requisito.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30764	Anexe as atas, registros de reuniões, relatórios ou outros documentos que evidenciem a atuação da comissão em matérias relacionadas à área de Assistência Social em, pelo menos, três momentos distribuídos ao longo do ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30763 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30765	Os membros designados para a comissão responsável pela área de Assistência Social participaram de todas as reuniões e, quando ausentes, apresentaram justificativa formal nos casos exigidos pela regulamentação da Câmara?	Devem existir registros de presença nas reuniões. - Ausências sujeitas a justificativa devem possuir registro formal conforme O procedimento da Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30766	Anexe os registros de presença dos membros da comissão nas reuniões realizadas no ano de referência e, quando houver ausências sujeitas à justificativa, os respectivos documentos comprobatórios.	-	ANEXO	NÃO	(30765 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30767	A comissão responsável pela área de Assistência Social acompanhou, no ano de referência, metas, programas ou resultados previstos no Plano Municipal de Assistência Social?	- Deve existir evidência de análise de metas, programas, indicadores ou execução de planos pertinentes. - O simples acompanhamento de percentuais gerais, sem análise minimamente específica de objeto, programa ou resultado, não é suficiente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30768	Anexe os documentos que evidenciem a análise de metas, programas, indicadores ou resultados previstos no Plano Municipal de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30767 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30769	A comissão responsável pela área de Assistência Social produziu, no ano de referência, estudo, nota, relatório ou análise sobre tema relevante de sua área de atuação?	- Deve existir produto documental que demonstre análise de problema, política, programa, projeto de lei ou tema de interesse público relacionado à área.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30770	Anexe o estudo, nota, relatório, parecer ou outro documento que evidencie a análise realizada pela comissão sobre tema relevante relacionado à área de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30769 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30771	A comissão responsável pela área de Assistência Social realizou ou promoveu, no ano de referência, audiência pública, consulta, reunião ampliada ou outro mecanismo de escuta social sobre tema da área?	- Deve existir registro da atividade, com identificação do tema e participação social. - Não se exige audiência pública formal quando outro mecanismo estruturado de escuta for adequado ao objeto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30772	Anexe os documentos que evidenciem a realização de audiência pública, consulta ou outro mecanismo de escuta social relacionado à área de Assistência Social, contendo a identificação do tema tratado e da participação social.	-	ANEXO	NÃO	(30771 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30773	A comissão responsável pela área de Assistência Social realizou reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área?	- Deve existir ata, gravação, convocação, ofício ou registro equivalente que demonstre a interação institucional e o tema debatido.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30774	Anexe as atas, convocações, ofícios ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área de Assistência Social, contendo a identificação do tema debatido.	-	ANEXO	NÃO	(30773 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30775	A comissão responsável pela área realizou, no ano de referência, reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Assistência Social?	- Deve existir ata, convocação, ofício, lista de presença, gravação ou registro equivalente que demonstre a realização da interação, com identificação da data e do tema tratado. - A atividade deve ter ocorrido dentro do ano de referência, admitida tanto a reunião promovida pela comissão quanto a participação de seus membros em reunião do próprio conselho, desde que formalmente registrada. - O tema tratado deve guardar relação com a política pública de Assistência Social, não bastando a presença em solenidade, posse de conselheiros ou evento de caráter protocolar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30776	Anexe as atas, convocações, ofícios, listas de presença ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30775 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30777	A comissão responsável pela área de Assistência Social analisou a proposta orçamentária (PLOA) relacionada à sua área e registrou sua manifestação?	- Deve existir parecer, relatório, ata, nota ou manifestação formal que examine dotações, prioridades, execução ou compatibilidade orçamentária pertinente à área. - A análise pode ocorrer em conjunto com a comissão de finanças/orçamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30778	Anexe o parecer, relatório, ata ou outra manifestação formal que evidencie a análise da proposta orçamentária relacionada à área de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30777 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30779	Quando houve denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Assistência Social, a comissão competente registrou seu recebimento e adotou providências de análise ou encaminhamento?	- Se não houver demanda no período, deve existir declaração/registro dessa inexistência para fins de comprovação. - Havendo demanda, deve ser demonstrado o recebimento e a providência adotada. - Marcar "não se aplica", caso não tenha havido denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Assistência Social no ano de referência.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30780	Anexe os registros de recebimento, análise ou encaminhamento de denúncias, representações ou demandas formais relacionadas à área de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30779 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30781	A comissão responsável pela área de Assistência Social consolidou, ao final do período, registro de suas principais atividades, conclusões e encaminhamentos?	- Deve existir relatório, balanço, ata de encerramento ou registro equivalente que permita verificar o que foi planejado e realizado pela comissão. - O documento pode integrar o relatório anual geral da Câmara, desde que a atuação da comissão esteja identificável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV06. Comissão de Assistência Social	30782	Anexe o relatório que evidencie a atuação da comissão responsável pela área de Assistência Social no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30781 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30783	As competências da comissão permanente (ou equivalente) da área de Meio Ambiente estão definidas no Regimento Interno?	- Deve existir comissão permanente ou estrutura equivalente formalmente instituída com competência sobre Meio Ambiente. - A denominação da comissão não precisa coincidir com o nome da área, desde que suas competências abranjam expressamente a matéria. - Comissão única de políticas públicas poderá ser aceita, desde que seja demonstrada atuação específica e identificável na área avaliada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30784	Informe a denominação da comissão responsável pela área de Meio Ambiente.	Deve ser informado O nome da comissão/estrutura equivalente.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30783 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30785	A Câmara dispõe de ato normativo que defina o processo de trabalho da comissão responsável pela área de Meio Ambiente?	- Deve existir ato normativo vigente que discipline o funcionamento da comissão responsável pela área de Meio Ambiente. A norma deve disciplinar, no mínimo, a forma de convocação e a periodicidade das reuniões, o quórum, a forma de deliberação e o registro das decisões em ata ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30786	Anexe o ato normativo que define o processo de trabalho da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30785 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30787	A comissão responsável pela área de Meio Ambiente possui plano, agenda ou cronograma de trabalho para o ano de referência?	- Deve existir planejamento mínimo da atuação da comissão no período, com temas, reuniões, estudos, fiscalizações ou outras entregas previstas. - Pode constar de plano próprio, ata, cronograma institucional ou instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30788	Anexe o plano, agenda, cronograma ou ata que aprovou o planejamento da comissão.	-	ANEXO	NÃO	(30787 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30789	No ano de referência, a comissão responsável pela área de Meio Ambiente realizou ao menos uma reunião em cada quadrimestre para tratar de assuntos dessa área?	- Devem existir atas ou registros de reuniões efetivamente relacionadas à área avaliada. - Para fins de referência, espera-se atuação distribuída ao longo do exercício, preferencialmente ao menos uma vez por quadrimestre. - Reuniões sem conteúdo relacionado à área não atendem ao requisito.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30790	Anexe as atas, registros de reuniões, relatórios ou outros documentos que evidenciem a atuação da comissão em matérias relacionadas à área de Meio Ambiente em, pelo menos, três momentos distribuídos ao longo do ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30789 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30791	Os membros designados para a comissão responsável pela área de Meio Ambiente participaram de todas as reuniões e, quando ausentes, apresentaram justificativa formal nos casos exigidos pela regulamentação da Câmara?	Devem existir registros de presença nas reuniões. - Ausências sujeitas a justificativa devem possuir registro formal conforme O procedimento da Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30792	Anexe os registros de presença dos membros da comissão nas reuniões realizadas no ano de referência e, quando houver ausências sujeitas à justificativa, os respectivos documentos comprobatórios.	-	ANEXO	NÃO	(30791 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30793	A comissão responsável pela área de Meio Ambiente acompanhou, no ano de referência, metas, programas ou resultados previstos em planos setoriais relacionados à sua área?	- Deve existir evidência de análise de metas, programas, indicadores ou execução de planos pertinentes. - O simples acompanhamento de percentuais gerais, sem análise minimamente específica de objeto, programa ou resultado, não é suficiente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30794	Anexe os documentos que evidenciem a análise de metas, programas, indicadores ou resultados previstos em planos setoriais relacionados à área de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30793 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30795	A comissão responsável pela área de Meio Ambiente produziu, no ano de referência, estudo, nota, relatório ou análise sobre tema relevante de sua área de atuação?	- Deve existir produto documental que demonstre análise de problema, política, programa, projeto de lei ou tema de interesse público relacionado à área.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30796	Anexe o estudo, nota, relatório, parecer ou outro documento que evidencie a análise realizada pela comissão sobre tema relevante relacionado à área de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30795 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30797	A comissão responsável pela área de Meio Ambiente realizou ou promoveu, no ano de referência, audiência pública, consulta, reunião ampliada ou outro mecanismo de escuta social sobre tema da área?	- Deve existir registro da atividade, com identificação do tema e participação social. - Não se exige audiência pública formal quando outro mecanismo estruturado de escuta for adequado ao objeto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30798	Anexe os documentos que evidenciem a realização de audiência pública, consulta ou outro mecanismo de escuta social relacionado à área de Meio Ambiente, contendo a identificação do tema tratado e da participação social.	-	ANEXO	NÃO	(30797 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30799	A comissão responsável pela área de Meio Ambiente realizou reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área?	- Deve existir ata, gravação, convocação, ofício ou registro equivalente que demonstre a interação institucional e o tema debatido.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30800	Anexe as atas, convocações, ofícios ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com secretário municipal, dirigente ou gestor responsável pela política pública da área de Meio Ambiente, contendo a identificação do tema debatido.	-	ANEXO	NÃO	(30799 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30801	A comissão responsável pela área realizou, no ano de referência, reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Meio Ambiente?	- Deve existir ata, convocação, ofício, lista de presença, gravação ou registro equivalente que demonstre a realização da interação, com identificação da data e do tema tratado. - A atividade deve ter ocorrido dentro do ano de referência, admitida tanto a reunião promovida pela comissão quanto a participação de seus membros em reunião do próprio conselho, desde que formalmente registrada. - O tema tratado deve guardar relação com a política pública de Meio Ambiente, não bastando a presença em solenidade, posse de conselheiros ou evento de caráter protocolar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30802	Anexe as atas, convocações, ofícios, listas de presença ou outros documentos que evidenciem a realização de reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30801 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30803	A comissão responsável pela área de Meio Ambiente analisou a proposta orçamentária (PLOA) relacionada à sua área e registrou sua manifestação?	- Deve existir parecer, relatório, ata, nota ou manifestação formal que examine dotações, prioridades, execução ou compatibilidade orçamentária pertinente à área. - A análise pode ocorrer em conjunto com a comissão de finanças/orçamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30804	Anexe o parecer, relatório, ata ou outra manifestação formal que evidencie a análise da proposta orçamentária relacionada à área de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30803 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30805	Quando houve denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Meio Ambiente, a comissão competente registrou seu recebimento e adotou providências de análise ou encaminhamento?	- Se não houver demanda no período, deve existir declaração/registro dessa inexistência para fins de comprovação. - Havendo demanda, deve ser demonstrado o recebimento e a providência adotada. - Marcar "não se aplica", caso não tenha havido denúncia, representação ou demanda formal relacionada à área de Meio Ambiente no ano de referência.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30806	Anexe os registros de recebimento, análise ou encaminhamento de denúncias, representações ou demandas formais relacionadas à área de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30805 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30807	A comissão responsável pela área de Meio Ambiente consolidou, ao final do período, registro de suas principais atividades, conclusões e encaminhamentos?	- Deve existir relatório, balanço, ata de encerramento ou registro equivalente que permita verificar o que foi planejado e realizado pela comissão. - O documento pode integrar o relatório anual geral da Câmara, desde que a atuação da comissão esteja identificável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q02. Comissões	IV07. Comissão de Meio Ambiente	30808	Anexe o relatório que evidencie a atuação da comissão responsável pela área de Meio Ambiente no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30807 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30809	A Câmara Municipal dispõe de ato normativo que regulamente a execução das fiscalizações?	- Deve existir ato normativo que discipline a execução das fiscalizações. - O ato deve estar vigente no ano de referência. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30810	Anexe o ato normativo que regulamenta a execução das fiscalizações.	-	ANEXO	NÃO	(30809 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30811	O ato define formas e critérios para a constituição de equipes/comissões responsáveis para executar as fiscalizações?	- O ato deve definir formas e critérios para composição de equipes ou comissões fiscalizadoras. - Os critérios devem estar descritos de forma clara e objetiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30809 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30812	O ato normativo estabelece a forma de requerimentos de informação ao Prefeito e/ou secretários (com prazo legal para resposta)?	- O ato deve estabelecer procedimentos e prazos para requerimentos de informação ao Executivo. - Deve prever prazo legal para resposta. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30809 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30813	O ato normativo define um modelo padrão de relatório de fiscalização?	O ato normativo deve definir elementos mínimos padronizados que todo relatório de fiscalização deve conter (ex.: identificação da comissão, período de referência, objeto fiscalizado, base legal, análise e conclusão), independentemente da matéria tratada. O ato normativo não precisa impor um modelo único e fixo de relatório, podendo prever a adaptação de sua estrutura ou de campos complementares conforme as especificidades da área fiscalizada (educação, saúde, assistência social, meio ambiente, entre outras). - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30809 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30814	O ato normativo prevê sobre a discussão de achados (problemas encontrados) com os gestores do Poder Executivo antes da publicidade do relatório?	O ato deve disciplinar a discussão de achados com gestores antes da publicidade dos relatórios. - Os procedimentos devem estar descritos de forma clara. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30809 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30815	O ato normativo estabelece os possíveis encaminhamentos de achados das fiscalizações ao Ministério Público, Tribunal de Contas ou outros órgãos competentes?	- O ato deve prever encaminhamentos de achados ao MP, TCE ou outros órgãos. - Os critérios e situações de encaminhamento devem estar definidos. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30809 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30816	O ato normativo define um modelo de plano de ação (a ser sugerido ao Poder Executivo) para o atendimento das recomendações provenientes das fiscalizações, contendo no mínimo a necessidade de ação, prazos e responsáveis pela implementação?	O ato normativo deve prever modelo de plano de ação destinado a subsidiar o atendimento das recomendações decorrentes das fiscalizações, contendo, no mínimo, a descrição da ação, os prazos e os responsáveis pela implementação. - O modelo deve ser aplicável às fiscalizações realizadas. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30809 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30817	O ato normativo que disciplina as fiscalizações prevê a comunicação formal ao Poder Executivo para apresentação de plano de ação destinado ao atendimento das recomendações, quando cabível?	- A norma deve prever a comunicação formal das recomendações ao Poder Executivo. - Deve estabelecer prazo ou procedimento para apresentação de resposta ou plano de ação, quando a natureza do achado comportar medidas corretivas. - O plano de ação deve permitir identificar, no mínimo, medidas propostas, prazos e responsáveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30809 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30818	A Câmara Municipal elaborou Plano de Fiscalização do Poder Executivo, publicado e aprovado em sessão plenária, para o ano de referência?	- Deve existir Plano de Fiscalização formal, aprovado, publicado e reconhecido institucionalmente. - O plano deve indicar ações, áreas/objetos, responsáveis, cronograma e critérios de priorização. - Pode ser plano único da Câmara ou consolidação de planos das comissões, desde que exista visão institucional integrada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30819	Anexe documento que evidencie a aprovação em sessão plenária, para o ano de referência, referente ao plano de fiscalização do Poder Executivo.	-	ANEXO	NÃO	(30818 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30820	Informe o link de acesso ao Plano de Fiscalização no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30818 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30821	O Plano de fiscalização prevê um cronograma com prazos e responsáveis para a execução das ações fiscalizatórias durante o ano de referência?	- O Plano deve conter cronograma com prazos e responsáveis definidos para a execução das ações fiscalizatórias. - O cronograma deve abranger todas as ações previstas para o ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30822	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas apresentadas pelos vereadores? Exemplos: rol de indicações ou requerimentos efetuados durante o exercício.	- O Plano de Fiscalização deve demonstrar que incorporou demandas apresentadas pelos vereadores. - As demandas devem estar registradas em documentos formais, como indicações ou requerimentos. - A prova pode ser produzida por meio de Ata que registrou a aprovação do Plano de Fiscalização em que conste a consideração de indicações e requerimentos apresentados pelos vereadores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30823	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas apresentadas pelas comissões?	- O Plano deve evidenciar a consideração das demandas apresentadas pelas comissões permanentes ou temporárias. - As demandas devem estar documentadas em atas, relatórios ou encaminhamentos formais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30824	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas oriundas dos canais de comunicação da Câmara Municipal (ouvidoria)?	- O Plano deve considerar demandas oriundas da ouvidoria ou canais oficiais de comunicação. - As demandas devem estar registradas em sistema, relatórios ou planilhas oficiais. - Quando não houver, no período de referência, demandas oriundas dos canais de comunicação (ouvidoria) a serem consideradas, a Câmara Municipal deve registrar essa condição no Plano, indicando expressamente a inexistência de demandas no período.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30825	No processo de elaboração do Plano de Fiscalização, foram consideradas as demandas apresentadas por cidadãos e/ou organizações da sociedade civil ao longo do exercício anterior, por quaisquer canais disponíveis (ex.: ouvidoria, requerimentos, denúncias, audiências públicas, redes sociais, atendimento presencial)?	- O Plano deve evidenciar que considerou contribuições de cidadãos ou organizações da sociedade civil. - Deve haver registro formal de consultas, audiências, recebimento de propostas ou participação social.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30826	Na elaboração do Plano de Fiscalização foram utilizadas informações do ProGov/TCE-PR e outros dados objetivos sobre políticas públicas para priorizar áreas ou objetos de fiscalização?	- Deve haver registro de análise das informações disponíveis no ProGov e/ou de outros dados oficiais pertinentes. - Não se exige que a nota do ProGov determine automaticamente a escolha; os dados devem funcionar como insumo para justificar prioridades, riscos ou objetos. - A análise deve estar documentada no plano, relatório, matriz de risco ou justificativa equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30827	A Câmara Municipal dispõe de relatório, devidamente publicado, que contenha a relação das fiscalizações realizadas no ano de referência?	- A Câmara deve possuir relatório formal contendo todas as fiscalizações realizadas. - O relatório deve listar claramente cada ação fiscalizatória realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30828	Anexe relatório que contenha a relação das fiscalizações realizadas no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30827 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30829	Informe o link em que é possível consultar o relatório publicado no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30827 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV08. Normatização e Planejamento da Função Fiscalizadora	30830	O relatório contempla todas as fiscalizações realizadas no ano de referência, abrangendo o que foi planejado e o que de fato foi executado?	- O relatório deve apresentar o comparativo entre fiscalizações planejadas e executadas. - Deve conter evidências de execução e resultados obtidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30827 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30831	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área de Educação?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento das fiscalizações do ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30832	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Educação no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30831 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30833	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Educação?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização na área de Educação. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30834	Na fiscalização da área de Educação foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30833 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30835	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30834 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30836	A fiscalização da área de Educação resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30833 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30837	Anexe o documento equivalente que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30836 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30838	Os achados preliminares da fiscalização da área de Educação foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30836 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30839	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30838 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30840	A fiscalização da área de Educação foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30833 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30841	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Educação.	-	ANEXO	NÃO	(30840 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30842	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Educação no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30840 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30843	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30833 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30844	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30843 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30845	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Educação, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30843 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30846	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30845 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30847	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área da Saúde?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento das fiscalizações do ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30848	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Saúde no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30847 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30849	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Saúde?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30850	Na fiscalização da área de Saúde foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30849 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30851	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30850 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30852	A fiscalização da área de Saúde resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30849 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30853	Anexe o documento que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30852 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30854	Os achados preliminares da fiscalização da área de Saúde foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30852 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30855	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30854 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30856	A fiscalização da área de Saúde foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30849 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30857	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Saúde.	-	ANEXO	NÃO	(30856 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30858	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Saúde no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30856 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30859	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30849 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30860	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30859 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30861	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Saúde, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências. A situação deverá estar documentada.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30859 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30862	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30861 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30863	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área de Assistência Social?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento das fiscalizações do ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30864	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Assistência Social no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30863 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30865	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Assistência Social?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30866	Na fiscalização da área de Assistência Social foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30865 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30867	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30866 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30868	A fiscalização da área de Assistência Social resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30865 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30869	Anexe o documento equivalente que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30868 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30870	Os achados preliminares da fiscalização da área de Assistência Social foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30868 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30871	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30870 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30872	A fiscalização da área de Assistência Social foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30865 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30873	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Assistência Social.	-	ANEXO	NÃO	(30872 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30874	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Assistência Social no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30872 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30875	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30865 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30876	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30875 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30877	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Assistência Social, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30875 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV09. Da Fiscalização na Área de Educação, Saúde e Assistência Social	30878	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30877 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30879	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área de Meio Ambiente?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento das fiscalizações do ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30880	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Meio Ambiente no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30879 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30881	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Meio Ambiente?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30882	Na fiscalização da área de Meio Ambiente foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30881 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30883	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30882 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30884	A fiscalização da área de Meio Ambiente resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30881 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30885	Anexe o documento equivalente que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30884 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30886	Os achados preliminares da fiscalização da área de Meio Ambiente foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30884 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30887	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30886 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30888	A fiscalização da área de Meio Ambiente foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30881 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30889	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30888 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30890	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Meio Ambiente no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30888 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30891	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30881 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30892	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30891 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30893	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Meio Ambiente, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30891 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30894	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30893 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30895	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área da Defesa Civil?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento institucional ou da comissão. - Pode haver plano único da Câmara ou plano específico da comissão responsável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30896	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Defesa Civil no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30895 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30897	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Defesa Civil?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização.. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30898	Na fiscalização da área de Defesa Civil foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30897 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30899	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Defesa Civil.	-	ANEXO	NÃO	(30898 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30900	A fiscalização da área de Defesa Civil resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30897 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30901	Anexe o documento equivalente que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Defesa Civil.	-	ANEXO	NÃO	(30900 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30902	Os achados preliminares da fiscalização da área de Defesa Civil foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30900 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30903	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30902 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30904	A fiscalização da área de Defesa Civil foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30897 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30905	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Defesa Civil.	-	ANEXO	NÃO	(30904 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30906	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Defesa Civil no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30904 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30907	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30897 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.					
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30908	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30907 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30909	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Defesa Civil, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30907 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV10. Da Fiscalização na Área de Meio Ambiente e Defesa Civil	30910	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30909 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30911	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área de Execução Orçamentária?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento institucional ou da comissão. - Pode haver plano único da Câmara ou plano específico da comissão responsável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30912	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Execução Orçamentária no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30911 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30913	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Execução Orçamentária?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30914	Na fiscalização da área de Execução Orçamentária foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30913 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30915	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Execução Orçamentária.	-	ANEXO	NÃO	(30914 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30916	A fiscalização da área de Execução Orçamentária resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30913 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30917	Anexe o documento equivalente que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Execução Orçamentária.	-	ANEXO	NÃO	(30916 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30918	Os achados preliminares da fiscalização da área de Execução Orçamentária foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30916 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30919	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30918 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30920	A fiscalização da área de Execução Orçamentária foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30913 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30921	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Execução Orçamentária.	-	ANEXO	NÃO	(30920 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30922	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Execução Orçamentária no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30920 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30923	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30913 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30924	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30923 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30925	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Execução Orçamentária, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências. A situação deverá estar documentada.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30923 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30926	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30925 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30927	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área de Transparência?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento institucional ou da comissão. - Pode haver plano único da Câmara ou plano específico da comissão responsável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30928	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Transparência no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30927 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30929	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Transparência?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização.s. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30930	Na fiscalização da área de Transparência foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30929 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30931	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Transparência.	-	ANEXO	NÃO	(30930 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30932	A fiscalização da área de Transparência resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30929 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30933	Anexe o documento equivalente que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Transparência.	-	ANEXO	NÃO	(30932 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30934	Os achados preliminares da fiscalização da área de Transparência foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30932 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30935	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30934 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30936	A fiscalização da área de Transparência foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30929 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30937	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Transparência.	-	ANEXO	NÃO	(30936 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30938	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Transparência no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30936 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30939	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30929 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30940	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30939 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30941	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Transparência, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências. A situação deverá estar documentada.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30939 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30942	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30941 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30943	O Plano de Fiscalização previu, no ano de referência, ao menos uma ação fiscalizatória na área de Aquisições Públicas?	- Deve existir ação, objeto ou tema de fiscalização identificado no planejamento institucional ou da comissão. - Pode haver plano único da Câmara ou plano específico da comissão responsável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30818 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30944	Informe o documento, ata ou dispositivo do Plano de Fiscalização ou do planejamento da comissão que demonstre a previsão de ao menos uma ação fiscalizatória na área de Aquisições Públicas no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30943 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30945	A Câmara Municipal realizou fiscalização, no ano de referência, na área de Aquisições Públicas?	- Deve existir registro formal comprovando fiscalização. - A fiscalização deve ter sido realizada no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30946	Na fiscalização da área de Aquisições Públicas foi utilizado roteiro que definisse os procedimentos e evidências a serem analisados?	- Deve existir documento ou registro prévio/concomitante que indique os procedimentos adotados. - Podem ser utilizados ou adaptados roteiros de fiscalização, RCDs ou metodologias disponibilizadas pelo TCE-PR/ProGov, sem obrigatoriedade de reprodução literal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30945 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30947	Informe o documento, roteiro, programa de trabalho, matriz de verificação ou outro registro que evidencie os procedimentos e as evidências definidos para a fiscalização da área de Aquisições Públicas.	-	ANEXO	NÃO	(30946 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30948	A fiscalização da área de Aquisições Públicas resultou em relatório preliminar ou documento equivalente contendo achados, evidências e critérios utilizados?	- O documento deve relacionar os fatos/evidências observados aos critérios utilizados e identificar achados ou constatações relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30945 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30949	Anexe o documento equivalente que contenha os achados, evidências e critérios utilizados na fiscalização da área de Aquisições Públicas.	-	ANEXO	NÃO	(30948 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30950	Os achados preliminares da fiscalização da área de Aquisições Públicas foram submetidos ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão antes da conclusão final?	- Deve existir registro de comunicação dos achados e oportunidade de manifestação do gestor quando houver apontamentos que possam demandar correção, responsabilização ou recomendação. - A resposta pode ser demonstrada por ofício, reunião, e-mail institucional, ata ou manifestação juntada ao processo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30948 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30951	Anexe o ofício, e-mail institucional, ata, manifestação ou outro documento que evidencie a submissão dos achados da fiscalização ao gestor responsável para manifestação, esclarecimento ou discussão.	-	ANEXO	NÃO	(30950 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30952	A fiscalização da área de Aquisições Públicas foi concluída com relatório final publicado contendo conclusões, recomendações ou encaminhamentos?	- Deve existir produto final identificável, com síntese das evidências, conclusões e, quando cabível, recomendações/encaminhamentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30945 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30953	Anexe o relatório final que contenha as conclusões, recomendações ou encaminhamentos decorrentes da fiscalização da área de Aquisições Públicas.	-	ANEXO	NÃO	(30952 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30954	Informe o link para a publicação do relatório final da fiscalização da área de Aquisições Públicas no site oficial da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30952 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30955	Da fiscalização resultaram recomendações ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição de plano de ação para atendimento das medidas propostas?	- Deve existir registro formal das recomendações decorrentes dos achados da fiscalização. - Quando os achados exigirem providências corretivas ou de melhoria, deve existir plano de ação associado às recomendações. - O plano de ação poderá ser apresentado pelo Poder Executivo após notificação da Câmara ou ser inicialmente proposto pela Câmara como instrumento orientativo, para posterior manifestação, adequação ou adoção pelo gestor responsável. - O plano de ação deve conter, no mínimo, a medida ou ação a ser implementada, o responsável pela execução e o prazo previsto para implementação. Quando o responsável não estiver nominalmente definido, deverá ser indicado o cargo ao qual compete a atribuição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando a fiscalização não tiver identificado achado que exija recomendação corretiva ou de melhoria. Essa circunstância deverá estar expressamente registrada no relatório final ou documento equivalente.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30945 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30956	Anexe o plano de ação, a recomendação, o ofício de notificação ou outro documento que evidencie as recomendações dirigidas ao Poder Executivo e, quando cabível, a definição das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação.	-	ANEXO	NÃO	(30955 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30957	A Câmara realizou monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização da área de Aquisições Públicas, quando aplicável?	- Deve existir registro de verificação posterior sobre providências adotadas, prazos, pendências ou resultados. - Quando não houver recomendação a monitorar, deve haver registro dessa condição. - A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver recomendação ou plano de ação a monitorar, ou quando ainda não tiver transcorrido prazo razoável para a implementação das providências. A situação deverá estar documentada.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(30955 == "SIM")	NÃO	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q03. Fiscalização	IV11. Da Fiscalização na Área de Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas	30958	Anexe o relatório, ata, ofício, manifestação ou outro documento que evidencie o monitoramento do cumprimento das recomendações ou do plano de ação decorrente da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(30957 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30959	O Regimento Interno da Câmara Municipal possui regulamentação específica sobre o processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal?	O Regimento Interno deve conter regulamentação específica sobre julgamento das contas do Prefeito. - Os procedimentos devem estar descritos de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30960	Informe o dispositivo do regimento interno que dispõe sobre a regulamentação específica sobre o processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal.	Formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30959 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30961	O Regimento Interno detalha o procedimento de recebimento do parecer prévio do TCE sobre as contas do Prefeito, incluindo sua publicação e disponibilização aos Vereadores?	- O Regimento Interno deve detalhar o procedimento de recebimento, publicação e disponibilização do parecer prévio. - Deve garantir acesso aos vereadores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30962	Informe o dispositivo do regimento interno que dispõe sobre o recebimento do parecer prévio do TCE sobre as contas do Prefeito, incluindo sua publicação e disponibilização aos Vereadores.	Formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30961 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30963	O Regimento Interno prevê a notificação do Prefeito para conhecimento do início do processamento das contas pelo Poder Legislativo?	- O Regimento Interno deve conter dispositivo que determine a notificação formal do Prefeito sobre o início do processamento das contas. - A notificação deve constar em ato oficial, com forma e prazo definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30964	Informe o dispositivo do regimento interno da Câmara Municipal que dispõe sobre a notificação do Prefeito para conhecimento do início do processamento das contas pelo Poder Legislativo.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30963 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30965	O Regimento Interno estabelece o prazo máximo para que a Câmara Municipal julgue as contas do Prefeito após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE)?	- O Regimento Interno deve estabelecer prazo máximo para julgamento das contas após o recebimento do parecer prévio do TCE. - O prazo deve estar definido de forma clara e objetiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30966	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece o prazo máximo para que a Câmara Municipal julgue as contas do Prefeito após o recebimento do parecer prévio do TCE.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30965 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30967	O Regimento Interno prevê a inclusão automática das contas na ordem do dia imediatamente seguinte ao prazo ou outra medida de encaminhamento das contas?	- O Regimento Interno deve prever a inclusão automática das contas na ordem do dia ou outro encaminhamento imediato após decorrido o prazo regimental. - O procedimento deve estar descrito de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30968	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a inclusão automática das contas na ordem do dia imediatamente seguinte ao prazo ou outra medida de encaminhamento das contas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30967 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30969	O Regimento Interno prevê a competência de uma comissão específica (permanente ou temporária) para a análise do parecer prévio e instrução do processo de prestação de contas do Prefeito, antes da deliberação do Plenário?	- O Regimento Interno deve prever comissão específica responsável pela análise do parecer prévio e instrução processual. - A competência da comissão deve estar descrita de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30970	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a competência de uma comissão específica para a análise do parecer prévio e instrução do processo de prestação de contas do Prefeito.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30969 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30971	O Regimento Interno prevê a participação da comissão responsável por Educação na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito quando o parecer prévio tratar de matéria da área?	- A norma deve prever participação da comissão temática ou mecanismo equivalente quando o parecer prévio contiver achados ou recomendações relacionados a Educação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30972	Informe o dispositivo do Regimento Interno que prevê a participação da comissão responsável por Educação na análise e instrução do julgamento das contas do Prefeito.	Sugestão de formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30971 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30973	O Regimento Interno prevê a participação da comissão responsável por Saúde na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito quando o parecer prévio tratar de matéria da área?	- A norma deve prever participação da comissão temática ou mecanismo equivalente quando o parecer prévio contiver achados ou recomendações relacionados a Saúde.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30974	Informe o dispositivo do Regimento Interno que prevê a participação da comissão responsável por Saúde na análise e instrução do julgamento das contas do Prefeito.	Sugestão de formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30973 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30975	O Regimento Interno prevê a participação da comissão responsável por Assistência Social na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito quando o parecer prévio tratar de matéria da área?	- A norma deve prever participação da comissão temática ou mecanismo equivalente quando o parecer prévio contiver achados ou recomendações relacionados a Assistência Social.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30976	Informe o dispositivo do Regimento Interno que prevê a participação da comissão responsável por Assistência Social na análise e instrução do julgamento das contas do Prefeito.	Sugestão de formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30975 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30977	O Regimento Interno prevê a participação da comissão responsável por Meio Ambiente na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito quando o parecer prévio tratar de matéria da área?	- A norma deve prever participação da comissão temática ou mecanismo equivalente quando o parecer prévio contiver achados ou recomendações relacionados a Meio Ambiente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30978	Informe o dispositivo do Regimento Interno que prevê a participação da comissão responsável por Meio Ambiente na análise e instrução do julgamento das contas do Prefeito.	Sugestão de formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30977 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30979	O Regimento Interno prevê a participação da comissão responsável por Orçamento e Finanças na análise e instrução do processo de julgamento das contas do Prefeito quando o parecer prévio tratar de matéria da área?	- A norma deve prever participação da comissão temática ou mecanismo equivalente quando o parecer prévio contiver achados ou recomendações relacionados a Orçamento e Finanças .	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV12. Regulamentação do Julgamento das Contas do Prefeito	30980	Informe o dispositivo do Regimento Interno que prevê a participação da comissão responsável por Orçamento e Finanças na análise e instrução do julgamento das contas do Prefeito.	Sugestão de formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30979 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30981	O Regimento Interno estabelece o procedimento para diligências, solicitação de informações ou exames a diversas áreas do Município a fim de obter documentos que possam ser necessários para a instrução do processo de julgamento das contas, especialmente quando houver questionamentos ou defesas apresentadas?	- O Regimento Interno deve estabelecer formalmente o procedimento para diligências, solicitações de informações e exames complementares. - Os requisitos e etapas devem estar descritos claramente	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30982	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê o procedimento para diligências, solicitação de informações ou exames a diversas áreas do Município a fim de obter documentos que possam ser necessários para a instrução do processo de julgamento das contas, especialmente quando houver questionamentos ou defesas apresentadas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30981 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30983	Durante a instrução do processo, quando há novos fatos, é concedida a oportunidade de defesa ao Prefeito Municipal, garantindo sempre o direito ao contraditório amplo?	O Regimento Interno deve garantir oportunidade de defesa complementar Quando surgirem novos fatos. - O direito ao contraditório deve estar claramente previsto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30984	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê oportunidade de defesa complementar quando surgirem novos fatos.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30983 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30985	O Regimento Interno garante expressamente o direito ao Prefeito de apresentar defesa escrita antes do julgamento das contas pelo Plenário?	- O Regimento Interno deve prever o direito do Prefeito de apresentar defesa escrita antes do julgamento. - Os prazos e forma de apresentação devem estar definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30986	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê o direito do Prefeito de apresentar defesa escrita antes do julgamento das contas pelo Plenário.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30985 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30987	O Regimento Interno prevê possível requerimento de prorrogação de prazo para exercício da defesa do Prefeito diante de eventual complexidade da matéria?	- O Regimento Interno deve prever possibilidade de prorrogação de prazo para defesa, mediante justificativa. - Os critérios para concessão devem estar descritos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30988	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê possível requerimento de prorrogação de prazo para exercício da defesa do Prefeito diante de eventual complexidade da matéria.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30987 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30989	O Regimento Interno prevê a possibilidade de o Prefeito Municipal (ou seu representante legal) apresentar alegações finais após a análise da defesa escrita e antes da realização da sessão de julgamento das contas pelo Plenário?	- O Regimento Interno deve prever a possibilidade de apresentação de alegações finais após a análise da defesa escrita. - O procedimento e limites devem estar descritos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30990	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a possibilidade de o Prefeito Municipal (ou seu representante legal) apresentar alegações finais após a análise da defesa escrita e antes da realização da sessão de julgamento das contas pelo Plenário.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30989 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30991	O Regimento Interno prevê a possibilidade de consulta pública do processo de contas, disponibilizando-o à população pelo prazo mínimo de 60 dias para exame e eventual apresentação de questionamentos ou impugnações?	- O Regimento Interno deve prever consulta pública do processo de contas pelo prazo mínimo de 60 dias. - Deve definir a forma de disponibilização ao cidadão. - O prazo de disponibilização não impede a tramitação concomitante do processo na Câmara, admitindo-se atos de instrução e análise pelas comissões competentes. - O julgamento das contas deve ser concluído após esgotado o prazo de consulta pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30992	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a possibilidade de consulta pública do processo de contas, disponibilizando-o à população pelo prazo de 60 dias para exame e eventual apresentação de questionamentos ou impugnações	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30991 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30993	O Regimento Interno prevê expressamente que as sessões de julgamento realizadas no âmbito do processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal serão públicas, garantindo o princípio da transparência?	- O Regimento Interno deve prever expressamente que a sessão de julgamento das contas seja pública. - A regulamentação deve assegurar transparência e acesso público à deliberação, ressalvadas hipóteses legais excepcionais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30994	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece que as sessões de julgamento realizadas no âmbito do processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal serão públicas garantindo o princípio da transparência.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30993 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30995	O Regimento Interno prevê a notificação do Prefeito para conhecimento da data de julgamento das contas?	O Regimento Interno deve prever a notificação formal, com antecedência mínima, do Prefeito a quem se referem as contas em julgamento. - A forma de notificação deve estar descrita.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV13. Instrução e Andamento Processual	30996	Informe o dispositivo do regimento interno que prevê a notificação do Prefeito para conhecimento da data de julgamento das contas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30995 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	30997	O Regimento Interno estabelece requisitos mínimos para a estrutura da decisão da Comissão e/ou do Decreto Legislativo final de julgamento das contas (ex.: relatório, fundamentação dos fatos e do direito, dispositivo)?	- O Regimento Interno deve prever requisitos mínimos para estrutura da decisão ou decreto legislativo, como relatório, fundamentação e dispositivo. - Os requisitos devem estar descritos claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	30998	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece requisitos mínimos para a estrutura da decisão da Comissão e/ou do Decreto Legislativo final de julgamento das contas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30997 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	30999	As votações relativas ao julgamento das contas do Prefeito são nominais a fim de dar transparência ao processo?	- O Regimento Interno deve prever que as votações do julgamento sejam nominais. - A forma de registro dos votos deve estar definida. entende-se por votação nominal a possibilidade de identificação do voto do vereador.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31000	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece que as votações relativas ao julgamento das contas do Prefeito são nominais a fim de dar transparência ao processo.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30999 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31001	O Regimento Interno estabelece um prazo específico (em dias) para o encaminhamento do resultado do julgamento das contas ao TCE, e, em caso de rejeição, há previsão de encaminhamento ao Ministério Público dentro desse mesmo prazo?	- O Regimento Interno deve prever encaminhamento imediato do decreto legislativo ao TCE e, em caso de rejeição, ao Ministério Público. - O procedimento deve estar descrito de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31002	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento imediato do resultado do julgamento das contas ao TCE e, se for o caso, ao Ministério Público.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31001 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31003	O Regimento Interno prevê alguma forma de recurso, como embargos de declaração, para sanar omissões, contradições ou obscuridades do julgamento das contas?	O Regimento Interno deve prever instrumento recursal, como embargos de declaração, cabível para sanar omissões, contradições ou obscuridades verificadas no julgamento das contas. Devem estar definidos os critérios de admissibilidade e os prazos de interposição, especificando o momento processual em que o recurso pode ser apresentado (em face do parecer conclusivo da comissão e/ou do ato final de julgamento).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31004	Informe o dispositivo do regimento interno que preveja os embargos de declaração para sanar omissões, contradições ou obscuridades.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31003 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31005	O Regimento Interno detalha o procedimento e o quórum de 2/3 para que a Câmara Municipal discorde do parecer prévio do TCE (aprovar contas rejeitadas ou rejeitar contas aprovadas pelo TCE)?	- O Regimento Interno deve detalhar procedimento e quórum para discordância do parecer prévio do TCE. - As regras devem estar descritas de forma clara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31006	Informe o dispositivo do regimento interno que detalha o procedimento e o quórum de 2/3 para que a Câmara Municipal discorde do parecer prévio do TCE.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31005 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31007	O Regimento Interno prevê que as razões da divergência dos vereadores em relação ao parecer prévio do Tribunal de Contas deverão constar de forma integral na ata da sessão de julgamento?	O Regimento Interno deve prever que razões da divergência constem integralmente na ata. O Regimento Interno deve prever que, havendo divergência, pelo menos um vereador exponha as razões do voto contrário. O procedimento deve estar descrito claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31008	Informe o dispositivo do regimento interno que estabelece que as razões da divergência dos vereadores em relação ao parecer prévio do TCE deverão constar de forma integral na ata da sessão de julgamento.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31007 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31009	A Câmara Municipal divulga o ato que aprecia as Contas do Chefe do Poder Executivo (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão que aprovou ou rejeitou as contas com respectivas justificativas/fundamentação)?	- Deve haver publicação do decreto legislativo e da ata ou resumo com fundamentação da decisão. - Os documentos devem estar acessíveis no site institucional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31010	Informe link de acesso ao ato que aprecia as Contas do Chefe do Poder Executivo (Decreto) e ao teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão com respectivas justificativas/fundamentação).	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31009 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31011	Todos os pareceres prévios pendentes de julgamento das contas do Prefeito estão dentro do prazo máximo previsto no Regimento Interno ou na legislação aplicável?	- Deve ser identificado o parecer prévio mais antigo recebido e ainda sujeito ao período avaliado. - A resposta deve considerar o prazo máximo formalmente aplicável. - Se houver suspensão ou causa legal de interrupção, ela deve estar documentada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31012	Anexe o processo, ata ou documento que comprove o cumprimento do prazo máximo previsto no Regimento Interno ou na legislação aplicável.	-	ANEXO	NÃO	(31011 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31013	O processo de julgamento referente ao último parecer prévio recebido pela Câmara Municipal foi formalmente iniciado dentro do prazo previsto no Regimento Interno ou na legislação aplicável?	- Deve ser identificada a data de recebimento do parecer prévio e a data do primeiro ato formal de instauração ou processamento das contas pela Câmara. - As datas devem ser confrontadas com o prazo aplicável. - Eventual causa legal de suspensão ou interrupção deve estar documentada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31014	Anexe o processo, ata, ofício ou documento que comprove a data de recebimento e a data de início formal do julgamento do último parecer prévio recebido pela Câmara Municipal.	-	ANEXO	NÃO	(31013 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31015	No último processo de julgamento de contas em que o parecer prévio tratou de matéria de Educação, a comissão responsável analisou o tema e emitiu parecer, manifestação ou contribuição formal?	Deve existir documento que demonstre análise da matéria de Educação pela comissão responsável.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31016	Anexe o parecer, manifestação, ata ou outro documento que evidencie a participação da comissão responsável por Educação na instrução do julgamento das contas.	-	ANEXO	NÃO	(31015 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31017	No último processo de julgamento de contas em que o parecer prévio tratou de matéria de Saúde, a comissão responsável analisou o tema e emitiu parecer, manifestação ou contribuição formal?	Deve existir documento que demonstre análise da matéria de Saúde pela comissão responsável.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31018	Anexe o parecer, manifestação, ata ou outro documento que evidencie a participação da comissão responsável por Saúde na instrução do julgamento das contas.	-	ANEXO	NÃO	(31017 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31019	No último processo de julgamento de contas em que o parecer prévio tratou de matéria de Assistência Social, a comissão responsável analisou o tema e emitiu parecer, manifestação ou contribuição formal?	Deve existir documento que demonstre análise da matéria de Assistência Social pela comissão responsável.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31020	Anexe o parecer, manifestação, ata ou outro documento que evidencie a participação da comissão responsável por Assistência Social na instrução do julgamento das contas.	-	ANEXO	NÃO	(31019 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31021	No último processo de julgamento de contas em que o parecer prévio tratou de matéria de Meio Ambiente, a comissão responsável analisou o tema e emitiu parecer, manifestação ou contribuição formal?	Deve existir documento que demonstre análise da matéria de Meio Ambiente pela comissão responsável.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31022	Anexe o parecer, manifestação, ata ou outro documento que evidencie a participação da comissão responsável por Meio Ambiente na instrução do julgamento das contas.	-	ANEXO	NÃO	(31021 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31023	No último processo de julgamento de contas em que o parecer prévio tratou de matéria de Finanças e Orçamento, a comissão responsável analisou o tema e emitiu parecer, manifestação ou contribuição formal?	- Deve existir documento que demonstre análise da matéria de Finanças e Orçamento pela comissão responsável.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q04. Julgamento das Contas	IV14. Deliberação, Recursos e Encaminhamentos	31024	Anexe o parecer, manifestação, ata ou outro documento que evidencie a participação da comissão responsável por Finanças e Orçamento na instrução do julgamento das contas.	-	ANEXO	NÃO	(31023 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31025	A Câmara Municipal dispõe de ato normativo que regulamente o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)?	- Deve existir ato normativo específico regulamentando o SIC. - O ato deve estar vigente e acessível.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31026	Anexe o ato normativo que regulamenta o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).	-	ANEXO	NÃO	(31025 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31027	O ato de regulamentação define o fluxo de atendimento (mapeamento) do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), desde o recebimento do pedido de acesso à informação até a resposta ao cidadão, tanto pela via eletrônica quanto presencial?	- O ato deve definir fluxo completo do SIC, desde o recebimento até a resposta ao cidadão. - Deve contemplar vias eletrônica e presencial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31025 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31028	O ato de regulamentação define os responsáveis por cada etapa do fluxo de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)?	O ato deve definir responsáveis por cada etapa do fluxo do SIC. - as atribuições devem estar descritas claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31025 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31029	O ato de regulamentação define os prazos internos para execução de cada etapa do fluxo do SIC, a fim de garantir o cumprimento do prazo legal de resposta?	O ato deve fixar prazos internos para garantir atendimento dentro do prazo legal. - Os prazos devem estar descritos claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31025 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31030	A Câmara Municipal permite que o cidadão envie pedidos de acesso à informação por meio eletrônico?	- A Câmara deve disponibilizar meio eletrônico para envio de pedidos de acesso à informação. - O canal deve estar ativo e acessível ao cidadão. - A existência deve ser verificável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31031	Informe o link que permite que o cidadão envie pedidos de acesso à informação por meio eletrônico.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31030 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31032	A Câmara Municipal designou formalmente servidores para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com a responsabilidade pelo recebimento e pelo tratamento dos pedidos de acesso à informação?	Deve existir designação formal de servidores responsáveis pelo SIC. - Os atos de designação devem estar registrados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31033	Anexe o ato que nomeou servidores para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com a responsabilidade pelo recebimento e pelo tratamento dos pedidos de acesso à informação.	-	ANEXO	NÃO	(31032 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31034	A Câmara Municipal possui rotina ou procedimento interno formalizado que estabeleça o fluxo de identificação, atualização e publicação ativa, em seu site oficial, das informações de interesse geral e coletivo sujeitas à transparência ativa, independentemente de provocação?	A Câmara Municipal deve possuir rotina ou procedimento interno que estabeleça o fluxo de trabalho para identificação, atualização e publicação ativa das informações de transparência em seu site oficial (ex.: gastos com combustíveis, diárias, despesas contratuais, licitações, remuneração de servidores etc.). O procedimento deve descrever, de forma clara, os tipos de informações a serem divulgadas independentemente de solicitação, bem como a responsabilidade e a periodicidade de atualização.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31035	Anexe o ato normativo que estabeleça procedimentos e fluxos que identifiquem informações de interesse geral e coletivo que, para fins de transparência, devam ser publicadas em seu site oficial de maneira ativa, ou seja, independente de provocação.	-	ANEXO	NÃO	(31034 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31036	A Câmara Municipal, no site oficial, divulga no mínimo os endereços, telefones, e-mails de contato de suas unidades administrativas, o horário de funcionamento e atendimento?	- O site oficial da Câmara deve divulgar, no mínimo, os endereços, telefones e e-mails de contato de suas unidades administrativas, bem como o horário de funcionamento e atendimento ao público. - As informações devem estar organizadas em seção específica de contato ou de estrutura administrativa. - As informações divulgadas devem estar atualizadas e disponíveis para verificação pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31037	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo no mínimo os endereços, telefones, e-mails de contato de suas unidades administrativas, o horário de funcionamento e atendimento.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31036 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31038	A Câmara Municipal divulga a composição da Casa, com a biografia dos parlamentares?	- O site institucional da Câmara deve divulgar a composição da Casa, contendo a relação nominal dos parlamentares com página individual ou seção específica com biografia ou currículo resumido de cada um. - As informações biográficas devem incluir, no mínimo, dados de identificação básica e informações sobre a atuação parlamentar. - As páginas ou seções com a biografia dos parlamentares devem estar disponíveis para verificação pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31039	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo sua composição e a relação nominal dos parlamentares com página individual ou seção específica com biografia ou currículo resumido.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31038 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31040	A Câmara Municipal divulga sua estrutura organizacional, o quadro de cargos efetivos e comissionados?	- O site institucional da Câmara deve divulgar a estrutura organizacional, incluindo organograma ou descrição das unidades administrativas, e a relação dos cargos efetivos e comissionados existentes. - As informações devem indicar, no mínimo, a denominação das unidades, a vinculação hierárquica e os tipos de cargos associados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31041	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo a estrutura organizacional, incluindo organograma ou descrição das unidades administrativas, e a relação dos cargos efetivos e comissionados existentes.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31040 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31042	A Câmara Municipal divulga as leis e atos infralegais (resoluções, decretos, etc.) produzidos?	- O site institucional da Câmara deve disponibilizar as leis e atos infralegais produzidos em repositório ou seção específica. - As normas publicadas devem estar organizadas de forma a permitir sua identificação por número, ano e ementa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31043	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo as leis e atos infralegais produzidos, em repositório ou seção específica.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31042 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31044	A Câmara Municipal divulga projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual, autor, relator)?	- O site institucional da Câmara deve divulgar os projetos de lei e atos infralegais em tramitação, incluindo, no mínimo, ementa, documentos anexos, situação atual, autor e, quando houver, relator. - As informações de tramitação devem estar atualizadas, refletindo o estágio recente do processo legislativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31045	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo os projetos de lei e atos infralegais em tramitação, incluindo ementa, documentos anexos, situação atual, autor e relator.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31044 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31046	A Câmara Municipal divulga a pauta das sessões do Plenário?	- A Câmara deve divulgar, em seu site oficial, a pauta das sessões do Plenário, com antecedência razoável em relação à data de realização. - As pautas devem indicar, no mínimo, data da sessão, matérias a serem apreciadas e identificação básica das proposições incluídas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31047	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo a divulgação da pauta das sessões do Plenário.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31046 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31048	A Câmara Municipal divulga a pauta das reuniões das Comissões?	- A Câmara deve divulgar, em seu site oficial, a pauta das reuniões das Comissões, com antecedência razoável em relação às datas de realização. - As pautas devem indicar, no mínimo, a comissão correspondente, a data da reunião e as matérias a serem apreciadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31049	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo a pauta das reuniões das Comissões, com antecedência razoável em relação às datas de realização.	- A Câmara deve divulgar, em seu site oficial as atas das reuniões das Comissões.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31048 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31050	A Câmara Municipal disponibiliza em seu site oficial as atas das reuniões das comissões?	- Devem estar disponíveis, em página institucional acessível ao público, as atas das reuniões das comissões realizadas no período de referência. - A publicação deve permitir identificar, no mínimo, a comissão, a data da reunião e as deliberações ou assuntos tratados, ressalvadas informações legalmente protegidas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31051	Informe o link da página do site oficial da Câmara Municipal em que estão disponíveis as atas das reuniões das comissões.	- O link deve direcionar à página ou repositório oficial em que seja possível consultar as atas das reuniões das comissões.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31050 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31052	A Câmara Municipal divulga as atas das sessões, incluindo a lista de presença dos parlamentares em cada sessão?	- O site institucional da Câmara deve divulgar as atas das sessões plenárias, contendo, no mínimo, o resumo dos trabalhos e a lista de presença dos parlamentares em cada sessão. - As atas devem estar devidamente aprovadas e assinadas, conforme regulamento interno.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31053	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo as atas das sessões, incluindo a lista de presença dos parlamentares em cada sessão.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31052 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31054	A Câmara Municipal divulga lista sobre as votações nominais?	- A Câmara deve divulgar lista ou relatório contendo o resultado das votações nominais, identificando os votos de cada parlamentar por matéria. - As informações podem constar em seção específica, em ata ou em módulo próprio do sistema de acompanhamento legislativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV15. Transparência	31055	Informe o link para a página do site oficial da Câmara Municipal contendo a lista sobre as votações nominais.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31054 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31056	A Câmara Municipal dispõe de ato normativo que regulamente o funcionamento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria?	- Deve existir ato normativo regulamentando a Ouvidoria ou Canal de Comunicação. - O ato deve estar vigente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31057	Anexe o ato normativo que regulamenta o funcionamento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria.	-	ANEXO	NÃO	(31056 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31058	O ato normativo de regulamentação da ouvidoria ou canal de comunicação prevê o registro de manifestações dos usuários de serviços públicos, por meio de telefone, via presencial, formulário eletrônico e e-mail?	- O ato deve prever registro de manifestações por telefone, presencial, formulário eletrônico e e-mail. - Os canais devem estar descritos claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31056 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31059	O ato normativo de regulamentação estabelece o fluxo (ou mapeamento) de atendimento do Canal de Comunicação ou Ouvidoria, pela via presencial e eletrônica, desde o recebimento da requisição até a entrega da informação solicitada pelo cidadão?	- O ato deve prever fluxo completo de atendimento da Ouvidoria, presencial e eletrônica. - As etapas devem estar descritas claramente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31056 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31060	O ato normativo identifica o responsável por realizar a recepção, triagem, encaminhamento e oferecimento de resposta conclusiva às manifestações dos usuários de serviços públicos?	- O ato normativo deve identificar, de forma expressa, o responsável ou os responsáveis pela recepção, triagem, encaminhamento e resposta conclusiva às manifestações dos usuários de serviços públicos. - As atribuições de cada etapa devem estar descritas de forma clara e objetiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31056 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31061	O ato normativo fixa o prazo de até 30 dias para encaminhamento de decisão administrativa final ao usuário, com possibilidade de prorrogação uma única vez por mais 30 dias, de forma justificada?	- O ato normativo deve fixar prazo de até 30 dias para encaminhamento de decisão administrativa final ao usuário. - O ato deve prever, de forma expressa, a possibilidade de prorrogação única por mais 30 dias, mediante justificativa formal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31056 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31062	Há formulário eletrônico para manifestação de usuários dos serviços públicos disponível na página da ouvidoria ou no canal de comunicação no site institucional da Câmara Municipal?	- Deve existir, no site institucional da Câmara, página da ouvidoria ou canal de comunicação contendo formulário eletrônico específico para registro de manifestações de usuários de serviços públicos. - O formulário eletrônico deve permitir o envio de dados de contato do usuário e da descrição da manifestação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31063	Informe o link para o formulário eletrônico para manifestação de usuários dos serviços públicos disponível na página da ouvidoria ou no canal de comunicação no site institucional da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31062 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31064	Há possibilidade de o usuário de serviços públicos, após o registro, acompanhar o trâmite de sua manifestação, por meio eletrônico, pelo protocolo fornecido?	- O sistema da Câmara deve possuir registro formal que comprove que, após registrar sua manifestação, o usuário pode consultar o protocolo fornecido por meio eletrônico. - A funcionalidade deve estar disponível e acessível ao público, sem necessidade de solicitação interna garantindo transparência e a possibilidade de consulta. - O acesso deve ocorrer por meio seguro (ex.: portal oficial, aplicativo institucional), preservando a integridade e confidencialidade das informações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31065	Informe o link, manual do sistema ou outro documento que demonstre a funcionalidade de acompanhamento do trâmite da manifestação por meio do número de protocolo fornecido.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31064 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31066	Há informações atualizadas no site institucional da Câmara Municipal instruindo as formas como os usuários de serviços públicos podem se comunicar, sendo no mínimo por via eletrônica (site), telefônica e presencial?	- O site institucional da Câmara deve conter seção ou página específica com informações atualizadas sobre as formas de contato disponíveis. - As informações devem contemplar, no mínimo, canal eletrônico (site ou formulário), telefone e endereço para atendimento presencial. - As informações de contato e horários de funcionamento devem estar atualizadas e disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31067	Informe o link para a página do site com informações atualizadas no site institucional da Câmara Municipal instruindo as formas como os usuários de serviços públicos podem se comunicar, sendo no mínimo por via eletrônica (site), telefônica e presencial.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31066 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31068	A manifestação do usuário de serviço público por meio de canal de comunicação ou ouvidoria é recebida sem que haja necessidade de explicitação de motivos ou razões de interesse da solicitação?	- Deve existir previsão, em ato normativo ou procedimento formal, de que o usuário pode registrar manifestação sem necessidade de apresentar justificativa detalhada ou comprovação de interesse específico. - Os formulários, físicos ou eletrônicos, não devem exigir a indicação de motivo jurídico ou fundamentação para o recebimento da manifestação. - Os registros de manifestações devem comprovar que solicitações foram recebidas independentemente da exposição de motivos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31069	A Câmara Municipal respeita o prazo de 30 dias para apresentar resposta às manifestações dos usuários de serviços públicos?	- Devem existir registros formais das manifestações recebidas, com data de entrada e data de resposta, que permitam verificar o cumprimento do prazo de até 30 dias. - A análise de amostra ou relatório consolidado deve evidenciar o respeito sistemático ao prazo legal, salvo situações justificadas e registradas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31070	Anexe relatórios que evidenciem a data de entrada e a data de resposta às manifestações, com o respeito ao prazo de 30 dias.	-	ANEXO	NÃO	(31069 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31071	A Câmara Municipal designou formalmente servidores para o recebimento de manifestações junto à ouvidoria ou canal de comunicação?	- Deve existir ato formal (portaria, resolução ou equivalente) que designe servidores responsáveis pelo recebimento e tratamento das manifestações na ouvidoria ou canal de comunicação. - O ato deve identificar, nominalmente ou por função/cargo, os responsáveis pela unidade de ouvidoria ou canal de comunicação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31072	Anexe documento que evidencie a designação formal de servidores responsáveis pelo recebimento e tratamento das manifestações na ouvidoria ou canal de comunicação.	-	ANEXO	NÃO	(31071 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31073	A Câmara Municipal realizou audiência pública e/ou consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil?	- A Câmara deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de ao menos uma audiência pública e/ou consulta pública dirigida a cidadãos e entidades da sociedade civil. - A realização deve estar documentada por meio de editais, convites, atas, listas de presença ou relatórios do evento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31074	Anexe documentos que evidenciem a realização de audiência pública ou consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil.	-	ANEXO	NÃO	(31073 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31075	As audiências e/ou consultas públicas realizadas foram divulgadas (por exemplo: site, redes sociais: Facebook, Instagram e etc.)?	- Deve existir registro de divulgação das audiências e/ou consultas públicas em, pelo menos, um canal oficial, como site institucional, bem como, quando existente, em redes sociais. - As publicações devem conter referência ao evento realizado, com data e identificação do canal utilizado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31073 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31076	O conteúdo da divulgação das audiências ou consultas públicas contempla o tema, local, data e hora da audiência pública e/ou consulta pública?	- As peças de divulgação da audiência pública e/ou consulta pública devem conter, de forma clara, o tema, o local e o horário de realização do evento. - As peças de divulgação devem estar arquivadas em meio físico ou digital (banners, artes, comunicados, notícias).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31073 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31077	Anexe documento que evidencie a divulgação de audiência pública ou consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil, com a especificação de tema, local, data e hora.	-	ANEXO	NÃO	(31076 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31078	Foi gerada e publicada a gravação audiovisual da audiência, contendo o relato do evento?	- Deve existir gravação audiovisual da audiência pública realizada, contendo o registro do evento e das manifestações ocorridas. - A gravação deve ter sido publicada ou disponibilizada em canal oficial da Câmara (site, rede social ou canal de vídeo institucional).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31073 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e Relacionamento com o Cidadão	IV16. Relacionamento com o Cidadão	31079	Anexe documentos com registro de audiência pública realizada, com a opção de arquivos que contenham a inclusão de links de que deem acesso aos registros da audiência pública ou da consulta pública aos cidadãos e entidades da sociedade civil.	-	ANEXO	NÃO	(31078 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Ouvidoria ou Canal de Comunicação da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31080	A Câmara utiliza software para o registro e tramitação de proposições legislativas?	- A Câmara deve utilizar software ou sistema eletrônico oficial para registro e tramitação das proposições legislativas. - O uso do software deve estar institucionalizado por meio de ato normativo, contrato ou termo de adesão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31081	Anexe documentos que comprovem a utilização do sistema (ato normativo, contrato ou termo de adesão).	-	ANEXO	NÃO	(31080 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31082	Todos os projetos de lei e demais proposições tramitam digitalmente via software?	- Deve haver registro de que todos os projetos de lei e demais proposições legislativas são protocolados, tramitam e têm seus atos registrados por meio do software oficial. - Não devem existir fluxos paralelos predominantes em meio exclusivamente físico, sem registro no sistema.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31083	Anexe relatórios que comprovem a utilização do sistema para protocolo de projetos de lei e demais proposições legislativas.	-	ANEXO	NÃO	(31082 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31084	O software está atualizado com toda a legislação municipal vigente?	- O software ou sistema deve conter a base de legislação municipal vigente, com atualização que reflita as leis, alterações e revogações ocorridas. - Devem existir registros ou relatórios que evidenciem rotinas de atualização da base normativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31085	Anexe relatórios que comprovem a utilização do sistema para repositório da legislação municipal.	-	ANEXO	NÃO	(31084 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31086	O sistema permite acesso público à legislação?	- O sistema deve permitir o acesso público à legislação municipal, por meio de consulta eletrônica no site institucional ou em portal integrado. - A consulta deve estar disponível sem necessidade de autenticação restritiva, salvo hipóteses justificadas. - A funcionalidade de consulta pública deve estar ativa e verificável pelos usuários.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31087	Informe o link para o acesso público à legislação municipal, por meio de consulta eletrônica no site institucional ou em portal integrado.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31086 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31088	O sistema permite acesso público ao andamento das proposições?	- O sistema deve permitir o acesso público ao andamento das proposições, incluindo informações sobre protocolo, tramitação, comissões envolvidas e situação atual. - As informações disponibilizadas devem ser atualizadas e consistentes com os registros internos da Câmara. - A consulta pública ao andamento das proposições deve estar ativa e verificável pelos usuários.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31089	Informe o link para o acesso público ao andamento das proposições, incluindo informações sobre protocolo, tramitação, comissões envolvidas e situação atual.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31088 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31090	As votações nominais são registradas no sistema para acesso público?	- As votações nominais realizadas devem ser registradas no sistema, com associação entre matéria, data, resultado e voto de cada parlamentar. - O módulo de consulta deve permitir que o cidadão acesse o histórico dessas votações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31091	Informe o link que permite o acesso às votações nominais registradas no sistema.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31090 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31092	O sistema faz a consolidação das leis de determinada matéria, identificando alterações e revogações?	- O sistema deve possuir funcionalidade que consolide a legislação de determinada matéria, identificando de forma clara as alterações, revogações e redações vigentes. - Devem existir exemplos de leis consolidadas ou funcionalidades de referência indicadas no próprio sistema.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31093	Anexe documentos que comprovem a utilização do sistema para consolidação da legislação municipal.	-	ANEXO	NÃO	(31092 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31094	Os vereadores utilizam o software para protocolar proposições eletronicamente?	- Devem existir registros no sistema de protocolização eletrônica de proposições pelos vereadores, com identificação do autor, data e conteúdo da proposta. - O uso dessa funcionalidade deve ser rotina predominante para apresentação de proposições. - Os registros eletrônicos de protocolo devem estar disponíveis para verificação, em meio digital.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31095	Anexe documento que evidencie a utilização do sistema para protocolização eletrônica de proposições pelos vereadores.	-	ANEXO	NÃO	(31094 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31096	As pautas das sessões são elaboradas e divulgadas por meio do sistema?	- As pautas das sessões devem ser geradas, organizadas e divulgadas por meio do próprio sistema, com vinculação automática às proposições incluídas. - Devem existir registros de pautas emitidas pelo sistema, compatíveis com as sessões realizadas. - As pautas geradas pelo sistema devem estar disponíveis para verificação, em meio interno ou em consulta pública no site institucional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31097	Anexe documento que evidencie a utilização do sistema para gerar e disponibilizar pautas.	-	ANEXO	NÃO	(31096 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31098	O software é utilizado para controle de presença dos vereadores nas sessões?	- O sistema deve registrar eletronicamente a presença dos vereadores nas sessões. - Devem existir registros digitais que identifiquem data, horário e presença dos parlamentares. - Os registros devem estar disponíveis para verificação em meio digital.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31099	Anexe relatório que evidencie a utilização do sistema para consultar registro da presença dos vereadores na sessão.	-	ANEXO	NÃO	(31098 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31100	As publicações legais (convocações, atos, normas) são feitas diretamente no software?	- As publicações legais devem ser inseridas diretamente no software, sem necessidade de fluxos paralelos em meio físico. - O sistema deve registrar data, conteúdo e responsável pela publicação. - Os registros devem estar disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31101	Anexe documento que evidencie a utilização do sistema para gerar publicações legais.	-	ANEXO	NÃO	(31100 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31102	O software está vinculado ao portal institucional para atualização automática das informações?	- O software deve estar integrado ao portal institucional para atualização automática de informações legislativas. - A atualização deve incluir leis, proposições, pauta e outras informações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31103	Informe o link que evidencie a vinculação do software ao portal institucional para atualização automática das informações.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31102 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31104	O cidadão pode consultar leis, proposições, sessões e comissões por meio do sistema?	- O sistema deve permitir consulta pública à legislação, proposições, sessões e comissões. - As consultas devem estar disponíveis no portal institucional ou módulo público do sistema. - A funcionalidade deve estar ativa e acessível.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31105	Informe o link que permite o acesso à consulta pública, à legislação, às proposições, às sessões e às comissões.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(31104 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31106	A Câmara Municipal designou formalmente um servidor para ser responsável pela administração do sistema de tramitação legislativa?	- Deve existir ato formal que designe servidor responsável pela interlocução com o software (administração, suporte, parametrização). - O ato deve identificar o cargo ou nome do servidor. - O documento deve estar disponível para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31080 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31107	Anexe documento que evidencie ato formal que designe servidor responsável pela interlocução com o software (administração, suporte, parametrização).	-	ANEXO	NÃO	(31106 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31108	A Câmara dispõe de painel eletrônico para acompanhamento das votações?	- A Câmara deve possuir painel eletrônico funcional para exibição de votações. - O painel deve registrar votos nominais e resultados. - O equipamento ou sistema deve estar instalado e operacional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV17. Sistemas	31109	Anexe documento que evidencie que o Sistema da Câmara adota painel eletrônico de votação.	-	ANEXO	NÃO	(31108 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Diretoria Geral da Câmara
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31110	A Câmara dispõe de estudo e/ou diagnóstico que indique o quantitativo ideal de servidores para atuar no apoio às atividades legislativas e de fiscalização?	- Deve existir estudo ou diagnóstico formal que indique o quantitativo ideal de servidores para apoio legislativo e para as atividades de fiscalização. - O estudo deve conter metodologia, análise da demanda e recomendação de quantitativo. - O estudo deve ser revisado/atualizado periodicamente ou sempre que houver alteração relevante na estrutura ou legislação, e deve constar referência expressa ao exercício ao qual se refere.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31111	Anexe documento que evidencie o estudo que indique o quantitativo ideal de servidores para apoio das atividades legislativas e de fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(31110 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31112	O quantitativo de servidores que atuam no apoio às atividades legislativas e de fiscalização está de acordo com o estudo realizado?	- O número de servidores atuando no apoio legislativo e fiscalização deve corresponder ao quantitativo recomendado no estudo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(31110 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31113	A Câmara dispõe de cargo efetivo de analista legislativo ou de outro cargo efetivo com atribuições equivalentes para apoiar a análise e a tramitação de proposições legislativas?	- Deve existir cargo efetivo cuja descrição de atribuições contemple apoio técnico à análise, instrução ou tramitação legislativa. - A denominação do cargo pode variar; o atendimento depende das atribuições efetivamente previstas, não apenas do nome do cargo. - Função gratificada atribuída a cargo sem essas atribuições originárias não substitui, por si só, a existência do cargo efetivo especializado/equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31114	Anexe a lei do quadro de cargos ou o ato de nomeação que comprove a existência do cargo efetivo de analista legislativo, ou similar.	-	ANEXO	NÃO	(31113 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31115	A Câmara dispõe de cargo efetivo de analista jurídico, ou similar, para análise e tramitação de projetos de leis?	- Deve existir, no quadro permanente da Câmara Municipal, cargo efetivo de analista jurídico ou cargo equivalente cujas atribuições incluam a análise jurídica, emissão de pareceres e acompanhamento da tramitação de projetos de lei. - O cargo deve estar previsto em lei municipal ou em ato normativo oficial que estabeleça a estrutura de cargos, contendo descrição de atribuições compatíveis com atividades de assessoramento jurídico legislativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31116	Anexe a lei do quadro de cargos ou o ato de nomeação que comprove a existência do cargo efetivo de analista jurídico, ou similar.	-	ANEXO	NÃO	(31115 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31117	A Câmara Municipal dispõe de profissional ou serviço especializado em Tecnologia da Informação (TI) para apoiar as atividades institucionais?	- Deve existir profissional do quadro, contrato, convênio ou serviço formalmente disponível para suporte de TI. - O suporte deve abranger as necessidades institucionais da Câmara, inclusive sistemas legislativos, segurança, infraestrutura ou atendimento técnico, conforme a estrutura local.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31118	Anexe o ato de nomeação, contrato de prestação de serviço ou documento equivalente que comprove a existência de profissional ou serviço especializado em Tecnologia da Informação (TI) para apoiar as atividades institucionais.	-	ANEXO	NÃO	(31117 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31119	A Câmara Municipal possui plano de capacitação para o ano de referência?	- Deve existir plano de capacitação vigente para o ano de referência. - O plano deve contemplar as carreiras e cargos da Casa, incluindo expressamente ações de capacitação destinadas aos vereadores e não apenas ao corpo técnico/administrativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31120	Anexe o plano de capacitação para o ano de referência	-	ANEXO	NÃO	(31119 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31121	Os servidores que atuam no apoio às atividades legislativas receberam capacitação no ano de referência?	- Devem existir registros formais de capacitações realizadas para servidores do apoio legislativo. - Os registros devem conter data, conteúdo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação. Devem existir registros formais de capacitações realizadas para os vereadores. - Os registros devem conter data, conteúdo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31122	Anexe o certificado, lista de presença ou outro documento que comprove a capacitação recebida pelos servidores que atuam no apoio às atividades legislativas.	-	ANEXO	NÃO	(31121 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31123	Os servidores que auxiliam os vereadores no exercício da fiscalização receberam capacitação no ano de referência?	- Devem existir registros formais de capacitações realizadas para servidores da área de fiscalização. - Os registros devem conter data, conteúdo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31124	Anexe o certificado, lista de presença ou outro documento que comprove a capacitação recebida pelos servidores que auxiliam os vereadores no exercício da fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(31123 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31125	Os servidores que atuam na assessoria jurídica receberam capacitação no ano de referência?	- Devem existir registros formais de capacitações realizadas para servidores da assessoria jurídica. - Os registros devem conter data, conteúdo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31126	Anexe o certificado, lista de presença ou outro documento que comprove a capacitação recebida pelos servidores que atuam na assessoria jurídica.	-	ANEXO	NÃO	(31125 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31127	Os Servidores receberam capacitação para o uso do software?	- Devem existir registros formais comprovando a capacitação dos servidores para uso do software. - As capacitações devem ter ocorrido no ano de referência. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31128	Anexe o certificado, lista de presença ou outro documento que comprove a capacitação dos servidores para o uso do software.	-	ANEXO	NÃO	(31127 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31129	A Câmara Municipal ofertou ações de capacitação específicas para servidores que atuam junto à ouvidoria ou para o recebimento de manifestações no canal de comunicação, em relação aos processos técnicos de trabalho?	- Devem existir registros formais das ações de capacitação direcionadas aos servidores da ouvidoria realizadas no ano de referência. - Os registros devem incluir datas, temas, público-alvo e lista de participantes. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação. - A formação, capacitação ou habilitação técnica deve ser comprovada por diploma, certificado de curso, certificação profissional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31130	Anexe documento que comprove a realização, no ano de referência, das capacitações informadas para os servidores que atuam no apoio às atividades legislativas.	-	ANEXO	NÃO	(31129 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31131	Os vereadores receberam capacitação, no ano de referência, relacionada ao exercício da função legislativa (processo legislativo, técnica legislativa, elaboração de proposições, regimento interno, entre outros)?	Deve existir ao menos uma ação de capacitação relacionada à atividade parlamentar, processo legislativo, técnica legislativa, regimento interno ou tema institucional equivalente ao exercício da função legislativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31132	Anexe documento que comprove a realização de capacitação dos vereadores no ano de referência relacionado à função legislativa.	-	ANEXO	NÃO	(31131 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31133	Os vereadores receberam capacitação, no ano de referência, relacionada ao exercício da função fiscalizadora?	Deve existir ao menos uma ação de capacitação relacionada ao exercício da função fiscalizadora.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31134	Anexe o certificado, lista de presença ou outro documento que comprove a capacitação dos vereadores para a realização da função de fiscalização.	-	ANEXO	NÃO	(31133 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31135	Os Vereadores receberam capacitação para o uso do software?	- Devem existir registros formais comprovando a capacitação dos vereadores para uso do software. - As capacitações devem ter sido realizadas no ano de referência. - Os documentos devem estar disponíveis para verificação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31136	Anexe o certificado, lista de presença ou outro documento que comprove a capacitação dos vereadores para o uso do software.	-	ANEXO	NÃO	(31135 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31137	Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente) receberam, no ano de referência, capacitação relacionada à sua área de atuação?	- Deve existir certificado, declaração, lista de presença, registro de inscrição ou documento equivalente que identifique o participante, o evento, a data de realização e a carga horária. - A capacitação deve ter ocorrido dentro do ano de referência e ter sido concluída no período.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31138	Anexe os certificados, declarações, listas de presença ou outros documentos que comprovem a capacitação recebida pelos membros da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente) no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(31137 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31139	Os membros da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente) receberam, no ano de referência, capacitação relacionada à sua área de atuação?	- Deve existir certificado, declaração, lista de presença, registro de inscrição ou documento equivalente que identifique o participante, o evento, a data de realização e a carga horária. - A capacitação deve ter ocorrido dentro do ano de referência e ter sido concluída no período.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31140	Anexe os certificados, declarações, listas de presença ou outros documentos que comprovem a capacitação recebida pelos membros da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente) no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(31139 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Meio Ambiente (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31141	Os membros da Comissão de Assistência Social (ou equivalente) receberam, no ano de referência, capacitação relacionada à sua área de atuação?	- Deve existir certificado, declaração, lista de presença, registro de inscrição ou documento equivalente que identifique o participante, o evento, a data de realização e a carga horária. - A capacitação deve ter ocorrido dentro do ano de referência e ter sido concluída no período.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31142	Anexe os certificados, declarações, listas de presença ou outros documentos que comprovem a capacitação recebida pelos membros da Comissão de Assistência Social (ou equivalente) no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(31141 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Assistência Social (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31143	Os membros da Comissão de Educação (ou equivalente) receberam, no ano de referência, capacitação relacionada à sua área de atuação?	- Deve existir certificado, declaração, lista de presença, registro de inscrição ou documento equivalente que identifique o participante, o evento, a data de realização e a carga horária. - A capacitação deve ter ocorrido dentro do ano de referência e ter sido concluída no período.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31144	Anexe os certificados, declarações, listas de presença ou outros documentos que comprovem a capacitação recebida pelos membros da Comissão de Educação (ou equivalente) no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(31143 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Educação (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31145	Os membros da Comissão de Saúde (ou equivalente) receberam, no ano de referência, capacitação relacionada à sua área de atuação?	- Deve existir certificado, declaração, lista de presença, registro de inscrição ou documento equivalente que identifique o participante, o evento, a data de realização e a carga horária. - A capacitação deve ter ocorrido dentro do ano de referência e ter sido concluída no período.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)
Q06. Estrutura	IV18. Recursos Humanos	31146	Anexe os certificados, declarações, listas de presença ou outros documentos que comprovem a capacitação recebida pelos membros da Comissão de Saúde (ou equivalente) no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(31145 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Comissão de Saúde (ou equivalente)